



Relatório Anual 2018

versão resumida

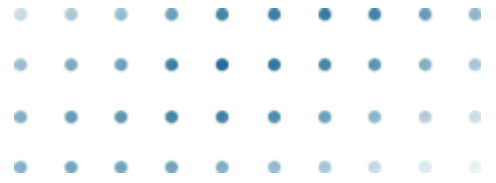


Índice



03	Introdução
04	Mensagem da Diretoria
06	Acontecimentos em destaque
08	Gestão previdenciária
13	Gestão de investimentos
22	Demonstrações contábeis
29	Pareceres
32	Parecer atuarial do plano BD Eletrobrás
41	Parecer atuarial do plano CD Eletrobrás
47	Parecer atuarial do plano CV ONS
51	Parecer atuarial do plano CV EPE
55	Parecer atuarial do plano CD CERON
60	Despesas
62	Eletros-Saúde
77	Administração
83	Contatos

Uma Eletros mais moderna para você



Seja bem-vindo ao Relatório Anual de 2018 da Eletros. Ao longo de cada capítulo, você vai encontrar informações completas referentes ao desempenho da Fundação no último ano e poderá comprovar a solidez de uma marca que trabalha há 47 anos para que você tenha um plano de aposentadoria adequado às suas necessidades.

O Relatório Anual de 2016, explorou o conceito de unidades isoladas, que remetia à ideia de construção de uma forte estrutura. No documento do ano seguinte, o RAI 2017, a ideia da estrutura foi continuada por meio da representação de folhagens que se ramificavam em diversos sentidos, indicando o processo de evolução alcançado pela Fundação, sempre em constante desenvolvimento.

Para ilustrar este avanço, a edição do Relatório Anual de 2018 apresenta-se com ares de renovação expressados desde a elaboração de uma capa moderna, com texturas sóbrias e cores vibrantes, até a representação de um participante antenado, que independente de sua idade, quer uma Fundação moderna, ágil, cada vez mais focada em oferecer o melhor serviço e o melhor retorno financeiro para o investimento do seu plano de previdência.

A Eletros está constantemente se desenvolvendo para que você possa viver a sua aposentadoria de forma planejada e com independência financeira.

Boa leitura!

Mensagem da Diretoria



A Diretoria da Eletros tem o orgulho de informar o encerramento de mais um ano com metas alcançadas e desafios superados. E mesmo frente a uma conjuntura político-econômica interna ainda tão incerta e tantas instabilidades e tensões no cenário macroeconômico, a Fundação hoje está mais forte e preparada para encarar tudo o que nos espera em 2019.

Sabemos da responsabilidade envolvida na gestão do seu patrimônio e sentimo-nos honrados e estimulados a responder com ética e competência à confiança depositada por você, participante.

Desde que esta Diretoria assumiu a Fundação, o trabalho tem sido incansável na direção da satisfação do cliente e na busca pelas melhores e mais sólidas decisões para o seu investimento.

O ano de 2018 foi marcado por importantes conquistas no que tange à modernização do atendimento da Eletros com a implementação da ferramenta de Monitoramento dos Atendimentos que proporciona um histórico de atendimento multicanal. Com toda a informação do cliente em um mesmo lugar, independente do meio de contato, o atendimento se torna mais eficiente e personalizado.

O chat online veio para somar como mais uma opção de canal de atendimento. Disponível na página da Eletros, o participante pode fazer as suas solicitações diretamente no site, online.

A Eletros implementou o Sistema de Gestão da Qualidade que teve como marco importante a publicação da nova Política de Gestão da Qualidade que estabelece as diretrizes para que todos os empregados e a Entidade devem observar para garantir o comprometimento com a melhoria contínua dos processos e procedimentos operacionais.

Com o Sistema de Gestão da Qualidade, a Eletros busca o selo de certificação ISO 9001:2015 que está previsto para 2019.

Falando ainda em lançamentos, não podemos deixar de mencionar os vários formatos experimentados da Apresentação de Resultados – que contou com versões em vídeo legendado, apresentação audiovisual e presencial – mas uma prova de que a Fundação segue atenta às tendências e melhores práticas do mercado, buscando sempre o aprimoramento do relacionamento com você.

Sobre os esforços mencionados no relatório passado para implementar o Plano de Equacionamento do Plano BD Eletrobrás, é preciso dizer que o assunto é pauta constante na Eletros e, em fevereiro de 2019, foi aprovado pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), cujo objetivo é a adequação de prazos e condições para a elaboração, aprovação e implementação de novos planos de ação relativos aos resultados deficitários apurados nos exercícios de 2013 e 2015.

Quanto a Gestão de Investimentos podemos afirmar em números que a Eletros fez um excelente trabalho ao logo de todo ano de 2018, período de altíssima instabilidade no cenário econômico Brasileiro e todos os acontecimentos mundiais.

Para auxiliarmos nessa reflexão, a rentabilidade média conquistada pelos Planos CD e CV da Eletros nos últimos cinco anos foi de 76,4% (113% do CDI), enquanto a rentabilidade média obtida pelos fundos abertos de previdência foi de 61,0% (91% do CDI). O levantamento, que considerou as premissas* abaixo e resultou em uma amostra de 283 fundos, mostra que a Eletros alcançou a maior rentabilidade média no período, o que demonstra a consistência e eficiência na gestão dos recursos.

Além disso, é possível verificar que taxa média de administração dos fundos abertos de previdência é de 1,44% ao ano, enquanto do Perfil Eletros é de 0,45% ao ano.

* No que se refere às premissas para seleção de Fundo de Previdência Aberta, a fonte utilizada foi a Quantum Axis. O período avaliado compreende os anos de 2014 a 2018 (5 anos). Foram selecionados, segundo a classificação ANBIMA, fundos de previdência, abertos para captação, com patrimônio mínimo de R\$ 100 milhões.

Para acompanhar o cenário econômico e o que a equipe de investimentos da Eletros tem a dizer, colocamos no ar o Podcast de Investimentos, um áudio da própria equipe de investimento que traz uma análise sobre o cenário econômico e a performance do seu plano, mês a mês. Um material pensado para aproximar cada vez mais os participantes de seus investimentos.

Em abril de 2018, foi realizada uma ampla pesquisa com participantes ativos, aposentados e pensionistas da Fundação. O resultado classificou a Eletros com uma empresa na Zona de Qualidade, segundo a metodologia Net Promoter Score.

Tudo isto, é claro, construído ao longo de 47 sólidos anos de dedicação e profissionalismo de toda a equipe que compõe o time Eletros. Deste modo, nos despedimos desta edição com os nossos cumprimentos dedicados mais uma vez aos nossos colaboradores, conselheiros, patrocinadoras e, em especial, agradecendo à confiança de todos os nossos participantes ativos e assistidos, que diariamente nos dão oportunidade de trabalhar em prol do seu benefício. Vamos em frente. Juntos. Sempre.



Afrânio Barreira de Azevedo Matos Filho
Presidente

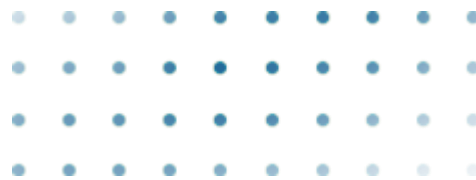


Marcio Peres Silgado
Diretor de Benefícios Previdenciários



Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

Acontecimentos em destaque



Este capítulo apresenta, de forma objetiva e transparente, um resumo dos feitos relevantes sobre os planos de benefícios e os novos projetos da Eletros no ano de 2018 até o primeiro trimestre de 2019.

CERTIFICAÇÃO ISO 9001

Em 30 de janeiro de 2018, foi realizado um evento de lançamento para anunciar o projeto de qualificação da Eletros à norma ISO 9001. A certificação tem como finalidade estabelecer normas e padrões de gestão da qualidade, visando garantir aos participantes que os serviços prestados pela Fundação são executados de modo padronizado e consistente, atendendo aos seus requisitos e necessidades.

O Conselho Deliberativo da Eletros – CDE aprovou, em 27 de fevereiro de 2019, a nova Política da Qualidade, avançando em mais uma etapa da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade – SGQ.

A Política da Qualidade estabelece as diretrizes que todos os empregados e a Entidade devem observar, visando garantir o comprometimento com a melhoria contínua dos processos e procedimentos operacionais.

Com o Sistema de Gestão da Qualidade e a Política de Qualidade implantado, a Eletros está passando pela auditoria em busca do selo de certificação ISO 9001:2015.

A previsão de conclusão do projeto está prevista 2019.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO PARTICIPANTE ELETROS

Em abril de 2018, a Eletros realizou uma ampla pesquisa com participantes ativos, aposentados e pensionistas da Fundação. O objetivo foi conhecer melhor o perfil dos participantes, entender suas expectativas e percepções e identificar o que pode ser melhorado. O trabalho foi realizado pela empresa de Pesquisa Multiconteúdo, com uma amostra composta por 745 pesquisas, com margem total de erro de 3%.

A Fundação foi classificada na Zona de Qualidade na análise do Net Promoter Score, uma vez que 69% dos participantes são promotores da marca, ou seja, participantes satisfeitos e que recomendariam a Eletros (notas 9-10) para um novo funcionário da sua empresa. 20% estão na zona neutra (notas 7-8), o que significa uma posição de imparcialidade, e apenas 11% são participantes que não estão satisfeitos com a Fundação (notas 0-6). O resultado completo está disponível no site da Eletros.

ATENDIMENTO DIGITAL

De olho nas tendências de mercado e perseverante na missão de aprimorar cada vez mais o atendimento ao participante, a Eletros implementou, ao final de 2018, duas novas

ferramentas de comunicação: o Chat Online e um novo Sistema de Monitoramento dos Atendimentos.

O Sistema de Monitoramento dos Atendimentos, fornecido pela Zendesk, uma das principais empresas de solução digital do mercado, é uma plataforma desenvolvida para auxiliar a equipe de atendimento na separação das demandas recebidas por categoria. Além de gerar protocolos (tickets) que respondem automaticamente o participante que a sua solicitação está sendo atendida, a plataforma tem ainda a capacidade de armazenar as informações apuradas em um grande banco de dados completamente personalizado, que ajudará a tornar o atendimento da Eletros cada vez mais ágil e assertivo.

PODCAST DE INVESTIMENTOS

Em janeiro de 2019, a Eletros inaugurou um novo formato de apresentação do Relatório de Conjuntura e Risco, que deu lugar a uma versão mais resumida dos dados, acompanhada de uma explicação em áudio – o Podcast de Investimentos. A iniciativa visa aproximar ainda mais os participantes dos assuntos relacionados aos seus investimentos, facilitando o acompanhamento periódico da evolução do patrimônio.

O Podcast de Investimentos tem periodicidade mensal e é enviado aos participantes por email, podendo também ser revisitado a qualquer momento através do site, onde todo o histórico está armazenado na página de mesmo nome.

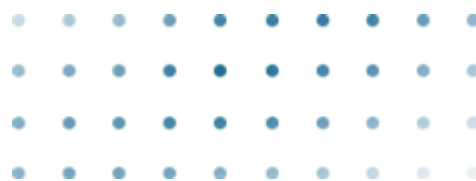
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) DO PLANO BD ELETROBRÁS

Em fevereiro de 2019, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Plano BD Eletrobrás foi aprovado pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

O objeto do TAC é a adequação da conduta da Fundação, por meio do estabelecimento de prazos e condições para a elaboração, aprovação e implementação de novos planos de equacionamento do Plano BD Eletrobrás relativos aos resultados deficitários apurados nos exercícios de 2013 e 2015.

O próximo passo é a elaboração do Plano de Equacionamento, conforme cronograma de implementação definido no TAC.

Gestão Previdenciária



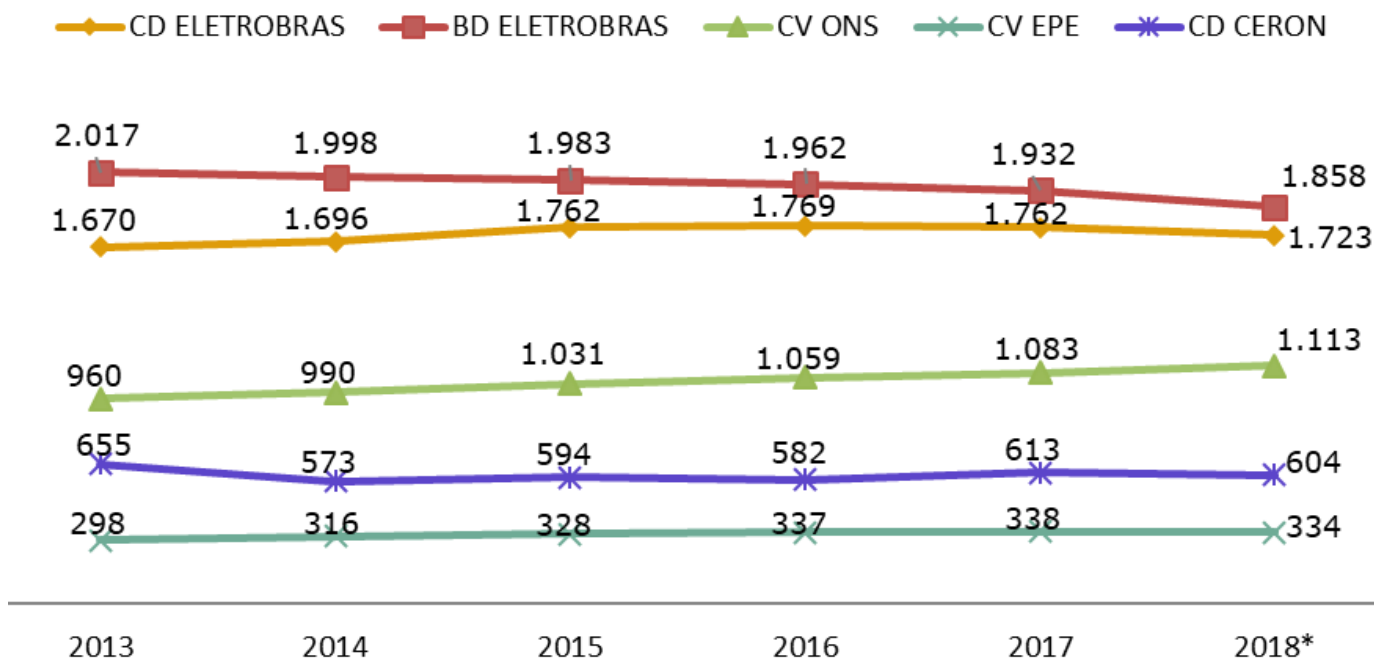
1. PANORAMA GERAL DOS PARTICIPANTES EM 2018

Distribuição de participantes

	Ativos	Assistidos	Pensões*	Auto-patrocinados	BPD	TOTAL
BD Eletrobrás	147	1318	377	0	16	1858
CD Eletrobrás	1056	508	32	46	81	1723
CV ONS	838	116	18	51	90	1113
CV EPE	269	18	1	19	27	334
CD CERON	565	10	4	8	17	604
TOTAL	2875	1970	432	124	231	5632

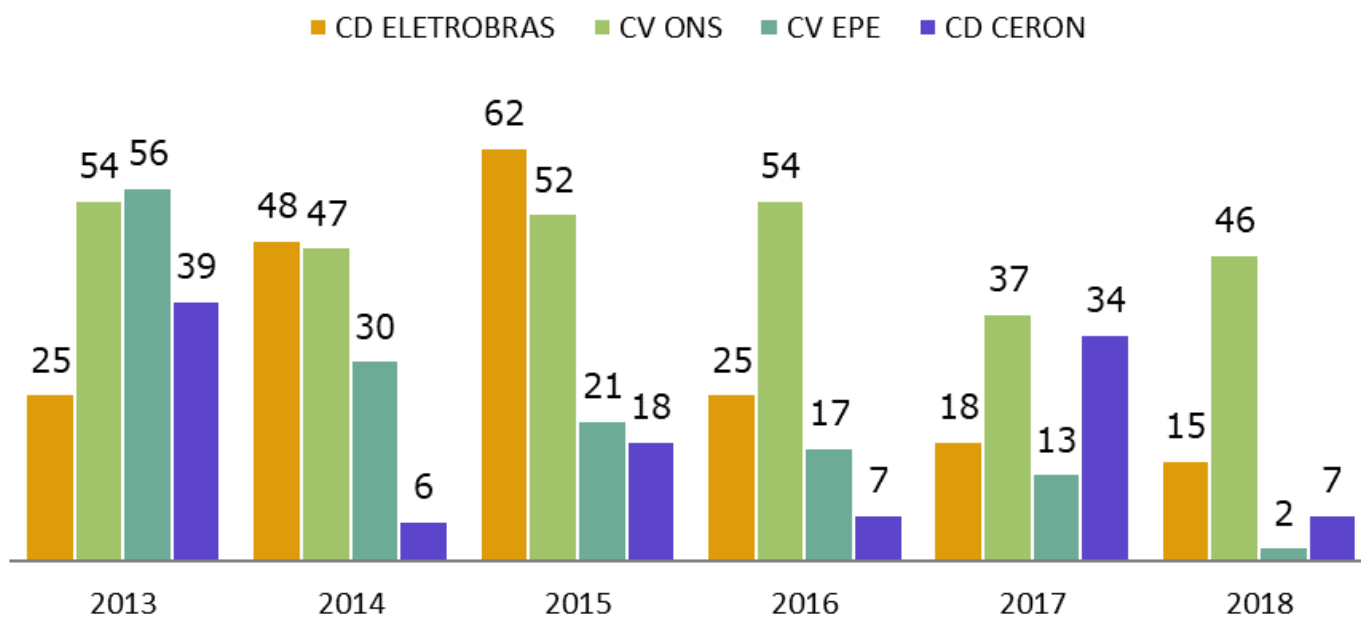
2. CRESCIMENTO

Evolução da Quantidade Absoluta de participantes e assistidos por plano



*A partir do RAI de 2018, considera-se a quantidade de pensões por participante gerador.

Novas adesões de participantes por plano



Aposentados e Pensionistas por plano

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CD Eletrobrás	268	410	426	441	483	540
BD Eletrobrás	1.721	1.799	1.767	1.747	1.725	1.695
CV ONS	64	75	92	100	112	134
CD CERON	4	4	7	14	13	14
CV EPE	0	0	7	12	15	19
TOTAL	2.057	2.288	2.299	2.314	2.348	2.402

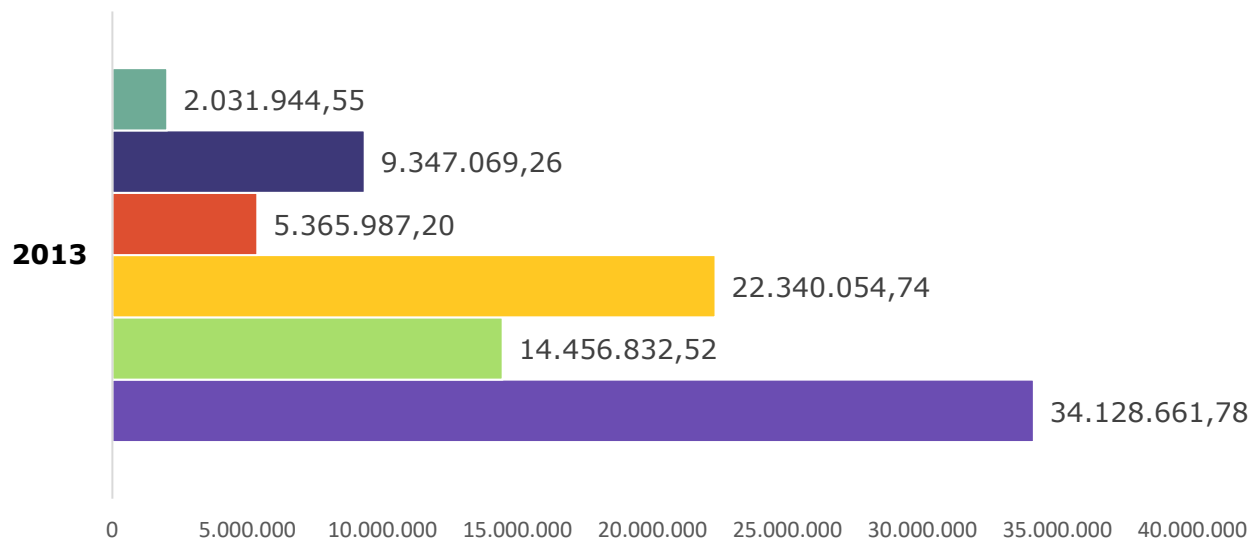
Novas opções de institutos por plano em 2018

	Autopatrocínio	BPD	Portabilidade de Entrada	Portabilidade de Saída	Resgate
CD Eletrobrás	3	11	1	2	22
BD Eletrobrás	0	0	0	3	5
CV ONS	4	15	7	3	13
CV EPE	1	4	0	1	4
CD CERON	3	0	0	0	8
TOTAL	11	30	8	9	52

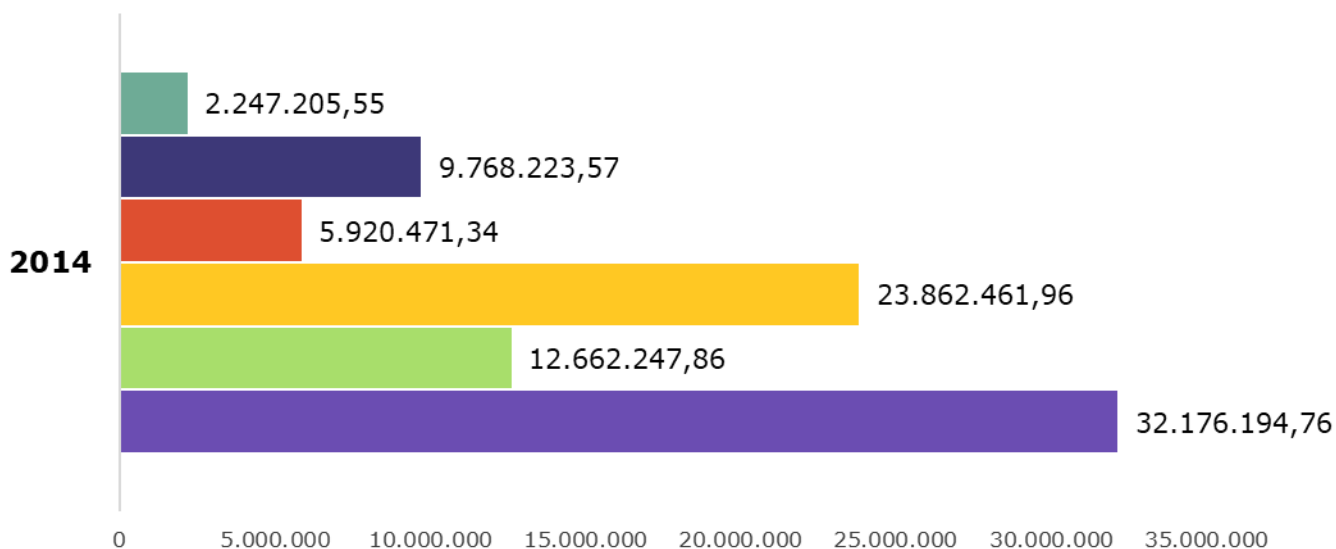
3. VOLUMES OPERACIONAIS (BENEFÍCIOS PAGOS, CONTRIBUIÇÕES NORMAIS GERENCIADAS E CONTRIBUIÇÕES ADICIONAIS)

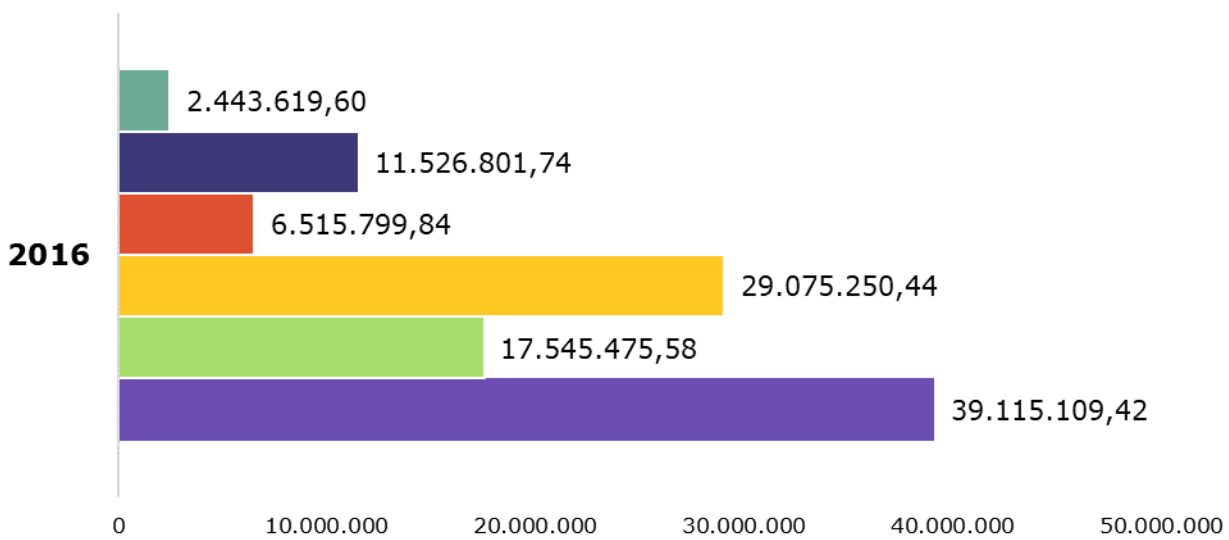
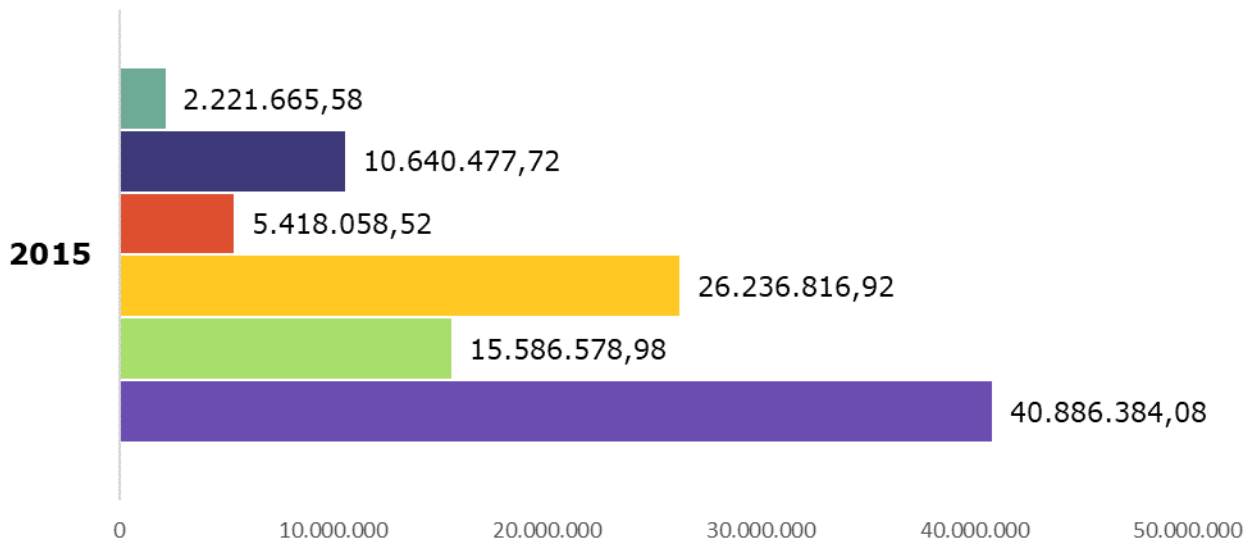
Somatório de contribuições normais por patrocinadora (R\$)

■ ELETROS ■ CERON ■ EPE ■ ONS ■ CEPEL ■ ELETROBRAS

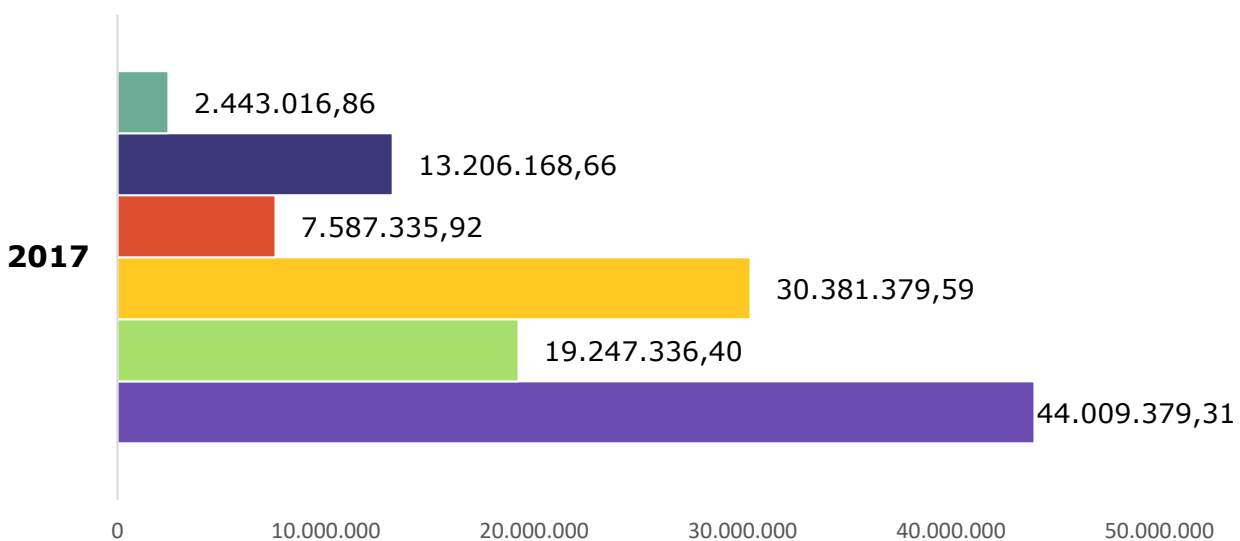


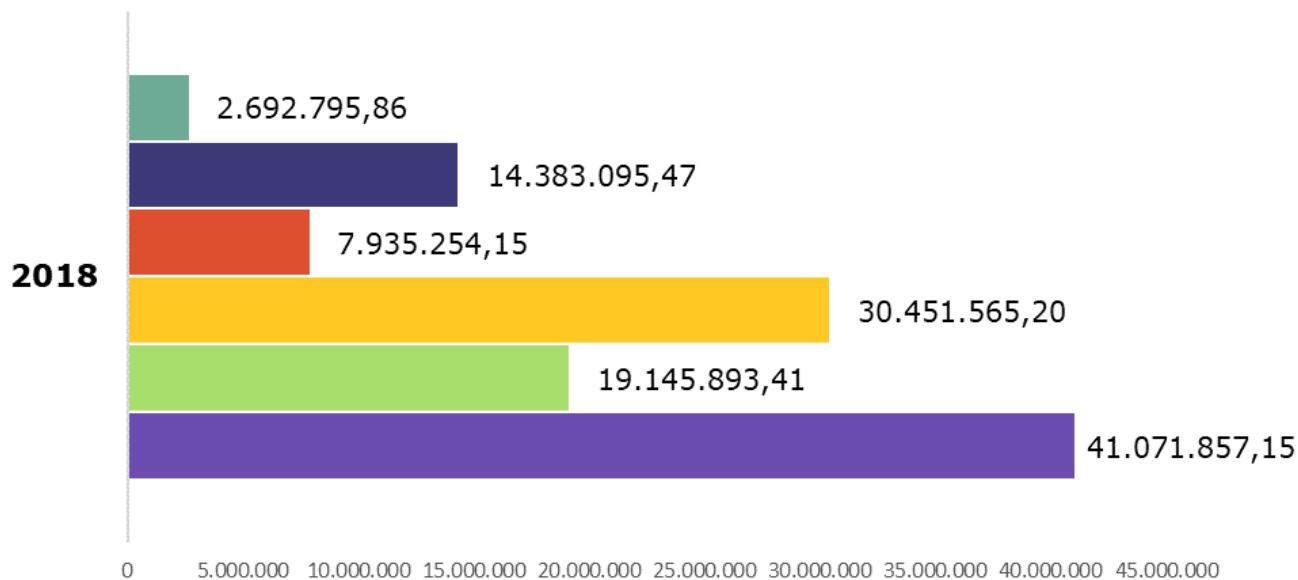
■ ELETROS ■ CERON ■ EPE ■ ONS ■ CEPEL ■ ELETROBRAS





■ ELETROS
 ■ CERON
 ■ EPE
 ■ ONS
 ■ CEPEL
 ■ ELETROBRAS





Somatório de Contribuições Adicionais por patrocinadoras (R\$)

	2015	2016	2017	2018
CD Eletrobrás	231.636,39	239.878,75	443.883,59	1.426.383,70
CV ONS	2.846.771,77	3.808.474,66	3.951.014,38	3.748.367,25
CV EPE	166.985,85	168.966,01	94.609,22	197.297,17
CD CERON	23.413,76	317.095,83	25.573,14	38.003,94
TOTAL	3.268.807,77	4.534.415,25	4.515.080,33	5.410.052,06

Somatórios dos valores dos benefícios pagos por plano (R\$)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
CD Eletrobrás	18.060.057,18	40.826.801,47	51.564.590,21	52.012.144,89	63.522.681,32	71.627.206,65
BD Eletrobrás	163.041.394,04	183.435.239,91	208.920.262,23	232.048.220,34	243.731.822,68	231.632.486,44
CV ONS	1.329.102,31	1.986.841,41	3.592.516,63	4.167.862,50	6.778.012,22	7.099.701,17
CD CERON	20.467,02	50.974,04	99.345,74	152.436,80	349.092,40	287.024,75
CV EPE	0	0	196.586,00	587.233,20	737.676,47	764.943,46
TOTAL	182.451.020,55	226.299.856,83	264.373.300,81	288.967.897,73	315.119.285,09	311.411.362,47

Gestão de Investimentos



1. COMENTÁRIOS SOBRE A CONJUNTURA ECONÔMICA EM 2018

Os cenários macroeconômico externo e interno são importantes para analisar o comportamento dos investimentos, principalmente dos segmentos de renda fixa e de renda variável, que são os de maior relevância nos investimentos dos planos previdenciários administrados pela Eletros.

O cenário externo em 2018 não foi favorável para os países emergentes em geral. O risco Brasil medido pelo CDS (Credit Default Swap) acabou sendo afetado pelo cenário externo mais adverso. O quadro macroeconômico se mostrou volátil devido, principalmente, a possibilidade de alta das taxas de juros nos Estados Unidos e a perspectiva de desaceleração do crescimento econômico global.

O cenário macroeconômico interno foi marcado por momentos de maior volatilidade em 2018. A greve dos caminhoneiros no segundo trimestre do ano afetou de forma negativa o ritmo de retomada da atividade econômica. Este evento impactou o preço dos ativos no curto prazo. No segundo semestre, o principal fator de risco foi o processo eleitoral, o qual trouxe mais incerteza até o final do mês de outubro.

Apesar da volatilidade ocasionada pelo cenário externo e interno menos favorável, a consolidação do quadro eleitoral, com a vitória do candidato de maior aceitação pelo mercado, levou à valorização dos ativos brasileiros, se descolando das variações negativas dos ativos mundiais.

A Política de Investimento possibilitou que a Eletros tirasse proveito das oportunidades que o mercado de capitais ofereceu em 2018. Os Perfis de Investimento com maior exposição à risco, neste caso, a renda variável, foram beneficiados pela boa rentabilidade da carteira de ações.

2. PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Perfis de Investimento são mecanismos específicos de planos de Contribuição Definida (CD) e de Contribuição Variável (CV). Desde 2010 a Eletros oferece cinco modalidades de Perfis de Investimento aos participantes e assistidos dos Planos CD ELETROBRÁS e CV ONS que possuem diferenças em relação à tolerância ao risco.

- PERFIL SUPER CONSERVADOR
- PERFIL CONSERVADOR
- PERFIL MODERADO
- PERFIL AGRESSIVO
- PERFIL ELETROS

Mais detalhes e informações sobre os Perfis de Investimento podem ser obtidas na Cartilha Explicativa disponível no endereço eletrônico da Eletros, independente de esclarecimentos adicionais que se façam necessários e que poderão ser feitos pelo telefone (21) 2138-6000, pelo e-mail atendimento@eletros.com.br – opção 2 ou na sede da Fundação.

3. CENÁRIO MACROECONÔMICO E PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS EM 2019

Temos uma visão positiva para o conjunto de variáveis macroeconômicas em 2019. A situação fiscal, o desemprego e o baixo crescimento são desafios que precisam ser vencidos nos próximos anos e, especificamente em 2019, esperamos que a aprovação da proposta de reforma da previdência seja efetivada, permitindo assim o início de um processo de recuperação econômica, com inflação sob controle e o início de recuperação do emprego.

O cenário mais provável adotado pela Eletros é de que a situação internacional continuará desafiadora para países emergentes, com as principais economias mundiais apresentando um baixo crescimento.

Em termos de impacto sobre os investimentos em 2019, a variável-chave externa será o comportamento da taxa de juro dos Estados Unidos. O melhor cenário seria se o Banco Central americano não elevasse sua taxa de juro, pois faria com que os recursos fossem direcionados para os países em desenvolvimento.

Pelo lado interno as expectativas se concentrarão na aprovação da reforma da previdência, variável-chave para recuperação da economia e valorização dos ativos brasileiros. A perspectiva para o segmento de renda fixa é de retorno mais baixo se comparado ao ano de 2018 por conta da taxa de juro Selic menor. Já o segmento de renda variável, o segundo em importância no patrimônio, deverá apresentar uma rentabilidade real acima da renda fixa. Ambos cenários condicionados à aprovação da reforma da previdência.

As demais classes de investimento que compõem o patrimônio dos planos, embora recebam atenção pela possibilidade de diversificação, não devem gerar grande impacto na rentabilidade de 2019.

O acompanhamento mensal da conjuntura econômica e das perspectivas para os investimentos pode ser encontrado no Relatório de Investimentos, disponível no endereço eletrônico da Eletros – Área do Participante.

4. RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO DE 2019

1. Introdução

A Política de Investimento da Eletros para o exercício de 2019 (PI 2019) deve ser aplicada individualmente aos planos de benefícios previdenciários e administrativo geridos pela entidade a saber, ao Plano BD ELETROBRÁS; ao Plano CD ELETROBRÁS, composto por Plano ELETROBRÁS CD SALDADO (BPDS) e Plano CD ELETROBRÁS PURO; ao Plano CV ONS; ao Plano CV EPE; ao Plano CD CERON e ao Plano de GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA).

2. Metas de rentabilidade

As metas reais de rentabilidade acima da inflação medida pelo INPC estão assim definidas na PI 2019:

Planos	Exercício de 2019	Médio prazo (2019 a 2021)	Longo prazo (2019 a 2023)
Plano BD ELETROBRÁS	5,0%	6,0%	6,0%
Plano CD ELETROBRÁS PURO	3,6%	5,0%	5,2%
Plano CD SALDADO (BPDS)	5,0%	5,8%	5,9%
Plano CV ONS	4,1%	5,3%	5,4%
Plano CV EPE	3,7%	5,1%	5,2%
Plano CD CERON	3,7%	5,0%	5,2%
PGA	4,7%	5,3%	5,3%

3. Alocação de Ativos por Plano

A alocação de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição do patrimônio de cada plano entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, operações com participantes (empréstimos), investimentos estruturados e no exterior.

3.1. Alocação por Plano em Renda Fixa

Renda fixa	Alocação em relação ao patrimônio		
	Proposta para 2019		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Planos			
Plano BD Eletrobrás	51%	69%	92%
Plano CD Eletrobrás Total	50%	77%	89%
Plano CD Eletrobrás Puro*	48%	77%	88%
Plano CD Saldado (BPDS)	57%	74%	93%
Plano CV ONS*	56%	76%	88%
Plano CV EPE*	56%	81%	90%
Plano CD Ceron	56%	78%	90%
PGA	100%	100%	100%

*Somando todos os Perfis de Investimento

3.2. Alocação por Plano em Renda Variável

Renda variável	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2019		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	5%	15%	20%
Plano CD Eletrobrás Total	9%	15%	28%
Plano CD Eletrobrás Puro*	10%	15%	30%
Perfil Eletros do CD Puro**	10%	20%	30%
Plano CD Saldado (BPDS)	5%	15%	20%
Plano CV ONS*	10%	19%	30%
Perfil Eletros do CV ONS**	10%	20%	30%
Plano CV EPE*	10%	15%	30%
Perfil Eletros do CV EPE**	10%	20%	30%
Plano CD Ceron	10%	20%	30%

*Somando todos os Perfis de Investimento

**Alocação em relação ao total do Perfil Eletros

Perfis de Investimentos

Perfil de Investimento	Alocação em Renda Variável
(CD PURO ELETROBRÁS, CV ONS e CV EPE)	(Alocação objetivo)
Perfil Super Conservador	0%
Perfil Conservador	15%
Perfil Moderado	30%
Perfil Agressivo	45%
Perfil Eletros	De acordo com a PI 2019

3.3. Alocação por Plano no Segmento Imobiliário

Segmento Imobiliário	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2019		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	0%	9%	11%
Plano CD Eletrobrás Total	0%	3%	6%
Plano CD Eletrobrás Puro*	0%	3%	6%
Plano CD Saldado (BPDS)	0%	5%	7%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.4. Alocação por Plano com Participantes (Empréstimos)

Empréstimos	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2019		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	3%	5%	10%
Plano CD Eletrobrás Total	2%	3%	10%
Plano CD Eletrobrás Puro*	2%	3%	10%
Plano CD Saldado (BPDS)	2%	4%	10%
Plano CV ONS*	2%	3%	10%
Plano CV EPE*	0%	2%	10%
Plano CD Ceron	0%	0%	10%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.5. Alocação por Plano em Investimentos Estruturados

Investimentos estruturados	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2019		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	0%	1%	6%
Plano CD Eletrobrás Total	0%	1%	4%
Plano CD Eletrobrás Puro*	0%	1%	4%
Plano CD Saldado (BPDS)	0%	1%	4%
Plano CV ONS*	0%	1%	2%
Plano CV EPE*	0%	1%	2%
Plano CD Ceron	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

3.6. Alocação por Plano em Investimento no Exterior

Investimentos no exterior	Alocação em relação ao patrimônio		
Planos	Proposta para 2019		
	Mínimo	Alvo	Máximo
Plano BD Eletrobrás	0%	1%	2%
Plano CD Eletrobrás Total	0%	1%	2%
Plano CD Eletrobrás Puro*	0%	1%	2%
Plano CD Saldado (BPDS)	0%	1%	2%
Plano CV ONS*	0%	1%	2%
Plano CV EPE*	0%	1%	2%
Plano CD Ceron	0%	1%	2%

* Somando todos os Perfis de Investimento.

Alocação entre os Segmentos por Planos

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CD ONS	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Renda Fixa	1.416.577	72,29%	1.492.750	78,14%	466.013	77,68%
Renda Variável	249.728	12,75%	295.605	15,48%	117.309	19,55%
Imóveis	181.937	9,29%	68.871	3,61%	-	0,00%
Empréstimos	94.755	4,84%	52.971	2,77%	16.631	2,77%
Estruturados	16.230	0,83%	-	0,00%	-	0,00%
Consolidado	1.959.227	100,00%	1.910.197	100,00%	599.953	100,00%

Segmentos	CV EPE		CD CERON		PGA	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Renda Fixa	75.003	83,46%	85.109	84,88%	100.412	100,0%
Renda Variável	13.531	15,06%	15.157	15,12%	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	1.334	1,48%	-	-	-	-
Estruturados	-	-	-	-	-	-
Consolidado	89.868	100,00%	100.266	100,00%	100.412	100,0%

Rentabilidade Brutas dos Planos de Benefícios

Segmentos	BD Eletrobrás		CD Eletrobrás		CV ONS	
	Meta Atuarial	INPC + 5,65%	Meta Referência	INPC + 5,25%	Meta Referência	INPC + 5,25%
	Nominal	Nominal sobre meta atuarial	Nominal	Nominal sobre meta atuarial	Nominal	Nominal sobre meta atuarial
Renda Fixa	10,59%	1,20%	6,83%	-1,62%	6,82%	-1,88%
Renda Variável	20,57%	10,33%	20,57%	10,76%	20,57%	10,76%

Imóveis	6,89%	-2,19%	6,89%	-1,81%	-	-
Empréstimos	11,23%	1,78%	11,15%	2,12%	11,98%	2,87%
Inv. Estruturados	25,07%	14,45%	-	-	-	-
Consolidado	11,27%	1,82%	8,63%	-0,03%	9,45%	0,54%

Segmentos	CV EPE		CD CERON		PGA	
	Meta Referência	INPC + 5,25%	Meta Referência	INPC + 4,40%	Meta Referência	INPC + 4,60%
	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial	Nominal	Nominal sobre Meta Atuarial
Renda Fixa	6,81%	-1,89%	6,80%	-1,10%	8,77%	0,54%
Renda Variável	20,57%	10,76%	20,57%	11,65%	-	-
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	10,23%	1,26%	-	-	-	-
Inv. Estruturados	-	-	-	-	-	-
Consolidado	8,57%	-0,27%	8,50%	0,48%	8,77%	0,54%

Rentabilidade dos Perfis de Investimentos

Plano CD Eletrobrás

	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS	
	Nominal	Real(Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real(Desc. Inflação)
Renda Fixa	6,83%	3,29%	6,83%	3,29%	6,83%	3,29%
Renda Variável	20,57%	16,57%	20,57%	16,57%	20,57%	16,57%
Imóveis	6,89%	3,34%	6,89%	3,34%	6,89%	3,34%
Empréstimos	11,15%	7,46%	11,15%	7,46%	11,15%	7,46%
Inv. Estruturados	-	-	-	-	-	-
Consolidado	13,79%	10,02%	11,64%	7,94%	8,39%	4,79%

	CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real(Desc. Inflação)
Renda Fixa	6,83%	3,29%	6,83%	3,29%
Renda Variável	20,57%	16,57%	20,57%	16,57%
Imóveis	6,89%	3,34%	6,89%	3,34%
Empréstimos	11,15%	7,46%	11,15%	7,46%
Inv. Estruturados	-	-	-	-
Consolidado	9,37%	5,74%	6,95%	3,40%

Rentabilidade dos Perfis de Investimentos

Plano CV ONS

AGRESSIVO	MODERADO	ELETROS
-----------	----------	---------

	Nominal	Real(Desc. Inflação)	Nominal	Real	Nominal	Real(Desc. Inflação)
Renda Fixa	6,82%	3,27%	6,82%	3,27%	6,82%	3,27%
Renda Variável	20,57%	16,57%	20,57%	16,57%	20,57%	16,57%
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	11,98%	8,27%	11,98%	8,27%	11,98%	8,27%
Inv. Estruturados	-	-	-	-	-	-
Consolidado	13,78%	10,01%	11,69%	7,99%	8,76%	5,15%

	CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real(Desc. Inflação)
Renda Fixa	6,82%	3,27%	6,82%	3,27%
Renda Variável	20,57%	16,57%	20,57%	16,57%
Imóveis	-	-	-	-
Empréstimos	11,98%	8,27%	11,98%	8,27%
Inv. Estruturados	-	-	-	-
Consolidado	9,42%	5,79%	6,96%	3,42%

Rentabilidade Nominal Prevista na PI x Realizada

	Prevista*	Realizada	Meta Atuarial
BD Eletrobrás	9,40%	11,27%	9,28%
CD Eletrobrás Puro	8,20%	8,63%	8,86%
CD Eletrobrás Saldado	9,60%	9,64%	8,86%
CD ONS	8,10%	9,45%	8,86%
CV EPE	7,90%	8,56%	8,86%
CD CERON	7,80%	8,50%	7,99%
PGA	9,30%	8,77%	9,30%

* Estimativa de INPC em 4,40% maior que o INPC realizado de 3,43%

Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada - Renda Variável

Carteira	R\$	Total
Gestão Própria	303.710	44,05%
Gestão Terceirizada	385.793	55,95%
Apex São Conrado	99.254	14,40%
Gap Arpoador	269.232	39,05%
JGP Grumari	17.307	2,51%
Total	689.503	100,00%

Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada - Renda Fixa

Gestão própria	R\$	Total
Carteira Própria (ALM)	834.892	23,25%
Carteira Estratégica	77.795	2,17%
Carteira Índice de Preços	71.581	1,99%
Carteira PGA	56.327	1,57%
Carteira Alternativo	7.833	0,22%
Carteira Renda Vitalícia	2.017	0,06%
Carteira Saldado	124.529	3,47%
Gestão Terceirizada		
Fundo Votorantim Geribá	427.040	11,89%
Fundo Bradesco Ipanema	321.283	8,95%
Fundo Alfa Itaipava	1.651.204	45,99%
Fundo Hamilton Lane	16.230	0,45%
Total	3.590.731	100,00%

Distribuição de Recursos entre Gestão Própria e Terceirizada – Segmentos Estruturados

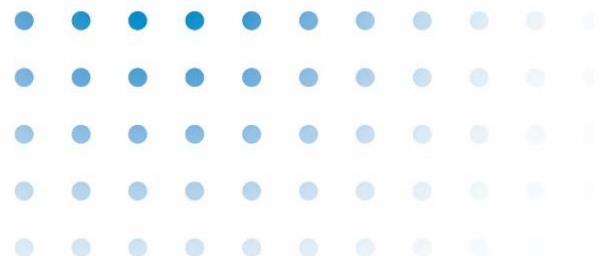
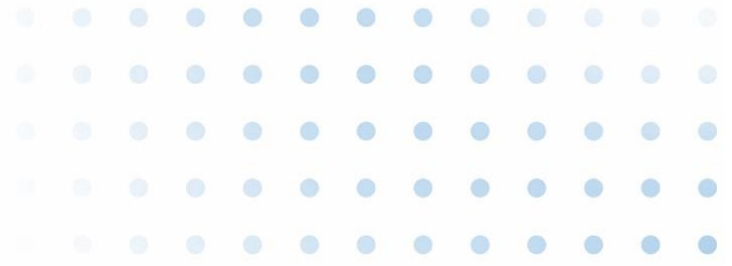
Gestão própria	R\$	Total
Carteira Própria (ALM)	32,7%	1.174.974
Fundos RF	66,8%	2.399.527
Fundos FIP	0,5%	16.230
Total	100%	3.590.731

Gestão Terceirizadas

Terceirizados	R\$	%
Apex São Conrado	99.254	25,73%
Gap Arpoador	269.232	69,79%
JGP Grumari	17.307	4,49%
Total do mercado	385.793	100,00%
Total geral	689.503	



Demonstrações Contábeis



Fundação
Eletrobrás de
Seguridade Social
- ELETROS

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017**



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, Diretores, Patrocinadores e Participantes da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 29) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Déficit técnico acumulado do Plano de Benefícios BD Eletrobrás

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 12.5.1 e 16 às demonstrações contábeis, as quais descrevem que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os saldos de provisões matemáticas a constituir nos montantes de R\$ 357.394 mil e R\$ 229.262 mil, referentes aos déficits acumulados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2015, respectivamente, consideraram os ajustes efetuados em seus planos de equacionamento, conforme previsto no termo de ajustamento de conduta (TAC), o qual foi submetido e aprovado pela Previc. As tratativas relacionadas ao assunto encontram-se em curso e conseqüentemente, o equacionamento e o atendimento ao TAC, dependem do desfecho do processo de análise e aprovação das patrocinadoras e seu órgão de controle (SEST/Ministério do Planejamento). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade e ou os planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Exercício findo em	
		31/12/2018	31/12/2017
Disponível		75	33
Realizável		4.803.221	4.556.646
Gestão Previdencial	4	10.670	18.130
Gestão Administrativa	5	28.981	26.507
Investimentos	6	4.763.570	4.512.009
Títulos Públicos	6.1	960.362	910.933
Créditos Privados e Depósitos	6.1	275.934	258.433
Ações	6.2	305.537	328.439
Fundos de Investimento	6.3	2.801.551	2.630.849
Investimentos Imobiliários	6.4	250.808	212.789
Emprestimos		165.706	166.977
Depósitos Judiciais/Recursais		3.672	3.589
Permanente Imobilizado		831	1.020
		255	237
Intangível		576	783
Gestão Assistencial	7	28.163	27.386
Total do Ativo		4.832.290	4.585.085
Passivo	Nota		
Exigível operacional		17.551	17.050
Gestão Previdencial	8	7.185	6.746
Gestão Administrativa	9	10.320	10.246
Investimentos		46	58
Exigível contingencial	10	34.445	33.452
Gestão Previdencial		11.097	12.758
Gestão Administrativa		19.676	17.103
Investimentos		3.672	3.591
Patrimônio social		4.752.131	4.507.197
Patrimônio de Cobertura do Plano		4.584.380	4.355.661
Provisões Matemáticas	12	4.762.331	4.963.508
Benefícios Concedidos	12.1	3.823.799	3.372.186
Benefícios a Conceder	12.2	1.590.344	1.686.981
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	12.3	(651.812)	(95.659)
Equilíbrio Técnico		(177.951)	(607.847)
Resultados Realizados		(177.951)	(607.847)
(-) Deficit Técnico Acumulado		(177.951)	(607.847)
Fundos	13	167.751	151.536
Fundos Previdenciais	13.1	52.638	46.077
Fundos Administrativos	13.2	100.270	93.504
Fundos de Investimentos	13.3	14.843	11.955
Gestão Assistencial		28.163	27.386
Total do Passivo		4.832.290	4.585.085

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

* * *

Diretoria Executiva

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

Luiz Guilherme de França Nobre Pinto
Diretor Financeiro

Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários

Contador Responsável

Cleber Leal
Contador CRC/RJ - 62.288/O-3

Pareceres



1. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis da ELETROS, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018; no Parecer Atuarial e Demonstração Atuarial emitidos pela WILLIS TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA. sobre o Plano de Benefício Definido ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - BD ELETROBRÁS; no Parecer e Demonstrações Atuariais emitidos pelo Atuário Bruno Sardinha Lopes sobre o Plano de Contribuição Definida ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - CD ELETROBRÁS, sobre o Plano de Contribuição Variável - CV ONS, sobre o Plano EPE e no Parecer Atuarial sobre o Plano de Contribuição Definida - CD CERON, são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira da ELETROS, naquela data.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.

José Carlos Nunes Bianco
Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Eduardo Brasil Pereira

Hiram Carneiro Toledo dos Santos

Paula Prado Rodrigues Couto

2. RESUMO DA ATA (DELIBERAÇÕES) TOMADAS NA 367ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ELETROS – CDE, REALIZADA EM 29/03/2019:

“BALANÇO (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS) AUDITADAS DA ELETROS DO EXERCÍCIO DE 2018 INCLUINDO A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO CONTROLES INTERNOS SOBRE ESSA AVALIAÇÃO – PREVIDÊNCIA

DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O CDE, à maioria dos presentes, registrada a abstenção do Conselheiro Jack Nottingham Steiner, com base na Apresentação da KPMG, Parecer do Conselho Fiscal, nos demais documentos basilares, e após ter apreciado o Relatório da empresa de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefícios relativas ao exercício de 2018, aprovou as Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por Plano de Benefícios da ELETROS referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal.

BALANÇO (DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS) AUDITADAS DO PLANO ELETROS-SAÚDE DO EXERCÍCIO DE 2017 INCLUINDO A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO CONTROLES INTERNOS SOBRE ESSA AVALIAÇÃO – PLANO ELETROS-SAÚDE - COM A PRESENÇA DA AUDITORIA INDEPENDENTE

DELIBERAÇÃO: O CDE, à unanimidade dos presentes, com base na Apresentação da KPMG, no Parecer do Conselho Fiscal e nos documentos basilares, e após ter apreciado o Relatório da empresa de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis do Plano de Assistência à Saúde da ELETROS (Eletros-Saúde), aprovou as referidas Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal, determinando que os documentos sejam disponibilizados à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e a informação disponibilizada aos participantes e assistidos na forma da legislação vigente.

DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS E PARECER ATUARIAL DO PLANO BD – ELETROBRÁS

DELIBERAÇÃO: O CDE, à maioria dos presentes, registrada a abstenção do Conselheiro Jack Nottingham Steiner,..., considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 008, de 21/03/2019, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, referente ao exercício de 2018, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2019, proferido pelo atuário da Consultoria Atuarial responsável pela avaliação atuarial do Plano BD Eletrobrás.

DEMONSTRAÇÕES/PARECERES ATUARIAIS DOS PLANOS CD ´S E CV ´s:

DELIBERAÇÕES:

DELIBERAÇÃO 1 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 21/03/2019, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano CD Eletrobrás, referente ao exercício de 2018, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2019, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD Eletrobrás.

DELIBERAÇÃO 2 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 21/03/2019, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano CV ONS, referente ao exercício de 2018, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2019, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV ONS.

DELIBERAÇÃO 3 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de 21/03/2019, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano EPE, referente ao exercício de 2018, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2019, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano EPE.

DELIBERAÇÃO 4 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 007, de

21/03/2019, aprovou o resultado da avaliação atuarial do Plano CD CERON, referente ao exercício de 2018, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2019, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD CERON.

DETERMINAÇÃO DO CDE COMUM ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ELETROS - PREVIDÊNCIA/DEMONSTRAÇÕES/PARECERES ATUARIAIS APROVADOS:

Determinou que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente.

Jailson José Medeiros Alves

Presidente

Carol Sampaio Diogo de Siqueira

Jack Nottingham Steiner

Marcio Kennedy de Almeida

Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva

Rosane Barboza da Silva

Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira

Secretária-Geral (Especialista)

Assessoria aos Órgãos Estatutários



Pareceres

Parecer Atuarial por Plano

Plano BD Eletrobrás

Principais Informações do Parecer Anual

Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás conforme determina a redação da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2005 e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2018	2017
Taxa Real Anual de Juros	5,64%	5,66%
Projeção de Crescimento Real de Salário	1,00%	1,00%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Projeção de Crescimento Real do Maior Sal Ben INSS	0,00%	0,00%

	2018	2017
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Salários	98%	97%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben Entidade	98%	97%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben INSS	98%	97%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 ¹	AT-2000 Basic ²
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	INPC	INPC
Hipótese de Entrada em Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas		
• Aposentados e Benefícios Proporcionais Diferidos	Dependente vitalício mais novo informado	Dependente vitalício mais novo informado
• Pensionistas	composição familiar informada	composição familiar informada
• Participantes Ativos	70% casados com mulher 6 anos mais nova que o homem	75% casados com mulher 4 anos mais nova que o homem

¹ Segregada em 10%, segregada por sexo

² Segregada por sexo

O cálculo das provisões matemáticas de benefícios concedidos dos participantes aposentados considera o beneficiário vitalício mais jovem.

Para os pensionistas a composição familiar informada corresponde ao beneficiário vitalício mais jovem, o beneficiário temporário mais jovem e o número total de beneficiários elegíveis à pensão.

Foi realizado em outubro/2018 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas constantes nas redações da Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2005, e da Instrução nº 23 de 26/06/2015, vigentes até 31/12/2018.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	(R\$)
2.3 Patrimônio Social	2.012.947.546,98
2.3.1 Patrimônio de Cobertura do Plano	1.946.035.826,72
2.3.1.1 Provisões Matemáticas	2.110.667.168,08
2.3.1.1.01 Benefícios Concedidos	2.565.857.058,00
2.3.1.1.01.01 Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01 Saldo de Contas dos Assaltdos	0,00
2.3.1.1.01.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.565.857.058,00
2.3.1.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assaltdos	2.085.365.698,00
2.3.1.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assaltdos	480.491.360,00
2.3.1.1.02 Benefícios a Conceder	189.379.382,42
2.3.1.1.02.01 Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	0,00
2.3.1.1.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
2.3.1.1.02.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	181.267.690,14
2.3.1.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	210.169.608,00
2.3.1.1.02.02.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(14.400.908,43)
2.3.1.1.02.02.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(14.400.908,43)
2.3.1.1.02.03 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	5.111.692,28
2.3.1.1.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	5.948.947,00
2.3.1.1.02.03.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(418.627,36)
2.3.1.1.02.03.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(418.627,36)
2.3.1.1.02.04 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(641.599.282,34)
2.3.1.1.03.01 (-) Serviço Passado	(35.121.011,92)
2.3.1.1.03.01.01 (-) Artigo 6º	(23.999.698,45)
2.3.1.1.03.01.02 (-) Atividade Especial	(11.121.313,46)
2.3.1.1.03.02 (-) Déficit Equacionado 2011	(19.791.703,44)
2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es)	(4.241.603,91)
2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes	(1.274.271,98)
2.3.1.1.03.02.03 (-) Assaltdos	(14.275.827,54)
2.3.1.1.03.02 (+) Déficit Equacionado 2013	(357.394.381,54)
2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es) - A Conceder	(9.683.615,07)
2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es) - Concedidos	(95.392.448,03)
2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes	(22.338.921,65)
2.3.1.1.03.02.03 (-) Assaltdos	(226.979.399,28)
2.3.1.1.03.02 (+) Déficit Equacionado 2015	(229.262.105,03)

2.3.1.1.03.02.01 (-) Patrocinador(es)	(47.686.517,69)
2.3.1.1.03.02.02 (-) Participantes	(14.108.423,12)
2.3.1.1.03.02.03 (-) Assistidos	(167.467.164,06)
2.3.1.1.03.03 (+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01 (+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02 (-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03 (-) Assistidos	0,00
2.3.1.2 Equilíbrio Técnico	(184.591.331,36)
2.3.1.2.01 Resultados Realizados	(184.591.331,36)
2.3.1.2.01.01 Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02 (-) Déficit Técnico Acumulado	(184.591.331,36)
2.3.1.2.02 Resultados a Realizar	0,00
2.3.2 Fundos	68.661.720,26
2.3.2.1 Fundos Previdenciais	0,00
2.3.2.1.01 Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	0,00
2.3.2.1.02 Revisão de Plano	0,00
2.3.2.1.03 Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2 Fundos Administrativos	68.743.228,75
2.3.2.2.01 Plano de Gestão Administrativa	68.743.228,75
2.3.2.2.02 Participação no Fundo Administrativo PGA	0,00
2.3.2.3 Fundos dos Investimentos	8.118.491,51

Plano de Custeio

Nos meses de janeiro a março de 2019 deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio para 2018. No período de abril de 2019 a março de 2020, deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

As patrocinadoras, os participantes ativos e assistidos deverão efetuar as contribuições resultantes da aplicação das taxas indicadas nesse parecer sobre a folha de salário real de contribuição e folha de benefícios, respectivamente, conforme indicado abaixo:

■ Contribuições Normais dos Participantes Ativos e Patrocinadoras

Tabela 1 - Parcela do salário real de contribuição	Taxas
Até o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	8,10%
Entre o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	17,13%
Entre 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	24,48%
Acima de 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	29,60%

■ Contribuições Normais dos Participantes Assistidos

Tabela 2 - Parcela do complemento de aposentadoria	Taxas
Até 1/3 Teto de contribuição da Previdência Social	2,5%
Entre 1/3 Teto de contribuição da Previdência Social e 1 Teto de contribuição da Previdência Social	5,0%
Entre 1 Teto de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	9,0%
Entre 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	15,0%
Acima de 6 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	19,0%

As contribuições normais dos assistidos tem o objetivo de custear as futuras pensões por morte, que são de sua exclusiva responsabilidade segundo o regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

A taxa de administração, incidente sobre o Patrimônio do Plano, que era de 0,50% a.a. (até março de 2019) foi alterada para 0,45% a.a. (a partir de abril de 2019), conforme decisão do Conselho Deliberativo da ELETROS (reunião de 26 de novembro de 2018).

A sobrecarga administrativa, equivalente a 3,00% das contribuições normais e extraordinárias, foi mantida para o exercício de 2019.

Contribuições Extraordinárias – Patrocinadoras

Tabela 3 - Contribuições Extraordinárias Mensais das Patrocinadoras	Valores Mensais em R\$	Valores Mensais em R\$ (incluindo a despesa administrativa)	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2018
Serviço Passado - Eletrobras			
Artigo 61	2.060.048,71	2.121.850,17	1 ano
Deficit Equacionado 2011			
Patrocinadoras	364.084,19	375.006,71	1 ano
Deficit Equacionado Adicional 2013			
Patrocinadoras – referente aos assistidos	821.803,74	846.457,85	14 anos e 6 meses
Patrocinadoras – referente aos participantes ativos	233.961,19	240.960,03	3 anos e 10 meses
Deficit Equacionado Adicional 2015			
Patrocinadoras – referente aos assistidos	358.067,49	368.809,52	15 anos e 1 mês
Patrocinadoras – referente aos participantes ativos	30.165,75	31.070,69	15 anos e 1 mês

As contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado – Artigo 61 são de responsabilidade da Eletrobras e representam os compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

As contribuições foram apuradas considerando os prazos apresentados acima e a taxa de juros de 5,64% a.a. e devem ser atualizadas mensalmente pela variação da URE da entidade.

As contribuições extraordinárias referentes aos deficits de 2013 e 2015 entrarão em vigor conforme prazos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC publicado no Diário Oficial da União em 11/02/2019.

Adicionalmente a patrocinadora deverá efetuar contribuições referentes ao Serviço Passado – “Atividade Especial e Processos judiciais” na forma acordada entre patrocinadora e entidade.

Contribuições Extraordinárias – Participantes Ativos e Assistidos

Tabela 4 - Contribuições Extraordinárias Anuais dos Participantes Ativos e Assistidos	Valores Anuais em R\$	% da Folha	% da Folha (incluindo a despesa administrativa)	Prazos em anos contados a partir de dezembro/2018
Deficit Equacionado 2011				
Participantes ativos	1.312.547,68	4,48% ¹⁾	4,82% ¹⁾	1 ano
Assistidos	1.195.003,80	2,73% ²⁾	2,81% ²⁾	19 anos e 6 meses
Deficit Equacionado Adicional 2013				
Participantes ativos	5.476.639,92	22,11% ¹⁾	22,78% ¹⁾	3 anos e 10 meses
Assistidos	22.749.614,51	11,00% ²⁾	11,33% ²⁾	14 anos e 6 meses
Deficit Equacionado Adicional 2015				
Participantes ativos	1.378.341,39	4,71% ¹⁾	4,85% ¹⁾	15 anos e 1 mês
Assistidos	16.380.929,98	6,49% ²⁾	6,68% ²⁾	15 anos e 1 mês

¹⁾ Percentuais apurados com base na folha de salários (incluindo 13^o) dos participantes ativos em 2018: R\$29.267.999

²⁾ Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13^o) dos assistidos de 2018 (não considerando os aposentados anteriores a abril de 2006, nem os pensionistas, nem os DPD's): R\$43.801.121,37

³⁾ Percentuais apurados com base na folha de benefícios (incluindo 13^o) dos assistidos de 2018 (não considerando os pensionistas, nem os DPD's): R\$205.676.905,39

⁴⁾ Percentual apurado com base na folha de benefícios (incluindo 13^o) dos assistidos de 2018 (considerando os DPD's e os pensionistas): R\$252.199.445,94

O prazo remanescente de amortização do deficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos assistidos é de 19 anos e 6 meses, contados a partir de 31/12/2018, que corresponde à expectativa de vida ponderada pelo benefício dos aposentados anteriores a abril de 2006, apurado em 31/12/2014.

O deficit equacionado de 2013, atribuível aos participantes ativos será equacionado pelo prazo remanescente de 3 anos e 10 meses, contados a partir de 31/12/2018, que corresponde ao tempo de serviço futuro dos participantes ativos ponderado pelo benefício apurado em 31/12/2018.

A parcela do deficit de 2013 referente aos participantes assistidos será amortizada pelo prazo de 14 anos e 6 meses que corresponde à expectativa de vida dos participantes assistidos (sem considerar os pensionistas) em 31/12/2018 ponderada pelo benefício conforme legislação vigente em 2013.

O prazo para o equacionamento do deficit de 2015 é de uma vez e meia a duração do plano, que em 31/12/2018 é de 10,05 anos, resultando no prazo de 15 anos e 1 mês, conforme legislação vigente em 2015.

As contribuições extraordinárias referentes aos deficits de 2013 e 2015 entrarão em vigor conforme prazos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC publicado no Diário Oficial da União em 11/02/2019.

Autopatrocinados

O participante autopatrocinado assume, além da sua contribuição, a contribuição previdenciária, a sobrecarga administrativa e outros encargos, porventura atribuídos à patrocinadora.

Adicionalmente, o autopatrocinado deve efetuar as contribuições relativas à parcela de benefícios a conceder do déficit equacionado das patrocinadoras, que correspondem a:

- 1,17% sobre o respectivo salário real de contribuição, referente ao déficit equacionado de 2011;
- 9,87% sobre o respectivo salário real de contribuição, referente ao déficit equacionado de 2013;
- 1,27% sobre o respectivo salário real de contribuição, referente ao déficit equacionado de 2015.

Tais percentuais incluem a sobrecarga administrativa de 3,00%.

As contribuições extraordinárias referentes aos déficits de 2013 e 2015 entrarão em vigor conforme prazos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC publicado no Diário Oficial da União em 11/02/2019.

Participantes aguardando o Benefício Proporcional Diferido

O participante aguardando o benefício proporcional diferido assume a contribuição extraordinária e a sobrecarga administrativa referente ao déficit equacionado de 2015, correspondente a 6,68% do benefício projetado (tal percentual inclui a sobrecarga administrativa de 3,00%).

As contribuições extraordinárias referentes aos déficits de 2013 e 2015 entrarão em vigor conforme prazos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta – TAC publicado no Diário Oficial da União em 11/02/2019.



Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social informamos que o plano apresentou em 31/12/2018 um Equilíbrio Técnico Ajustado negativo no valor de R\$127.533.728,55 já deduzido o valor positivo do Ajuste de Precificação de R\$37.047.802,81, inferior ao limite de equacionamento definido no artigo 28 da Resolução CNPC no 22/2015, o qual não será equacionado. O equilíbrio do plano no longo prazo depende da realização das contribuições normais e extraordinárias indicadas no plano de custeio apresentado nesse parecer e em conformidade com o TAC, aprovado em 11/02/2019.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

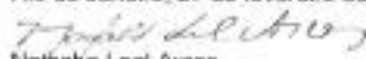
As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Eletros – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2018. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Eletros em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019.


Natália Leal Ayres
MIBA n° 930


Valéria Amadeu Monteiro
MIBA n° 845



Pareceres

Parecer Atuarial por Plano

Plano CD Eletrobrás

PARECER ATUARIAL DO PLANO CD ELETROBRÁS – 31/12/2018

Plano CD ELETROBRÁS – CNPB: 2006.0015-74

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2018.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2018, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Benefício proporcional diferido salgado	Capitalização	Agregado
Crédito adicional por invalidez	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal vitalícia de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda programada reversível em renda vitalícia	Capitalização	Capitalização financeira

Os benefícios vitalícios do Plano são avaliados pelo Método de Financiamento Agregado.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.



Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,25%
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	85% casados e mulher 4 anos mais nova

A “Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas” é utilizada para cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder da “Parcela BPDS”.

Os benefícios BPDS e Renda Vitalícia utilizam como Indexador para fins de reajuste o INPC, do IBGE, defasado em um mês.

A tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício 2017, Tábua AT-2000 Basic segregada por sexo, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2018, para a Tábua AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade do Plano no ano (8,31%), líquida da taxa de administração, ficou pouco abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 5,25% (8,86%). Para 2019, projetou-se INPC em 4,20%.

O resultado acumulado no ano de 2018 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa, Empréstimos e Imóveis foram positivos em 20,57%, 7,10%, 11,17% e 6,89%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e patrocinadores para o próximo exercício foram estimadas em 22,26% (11,13% para os participantes e 11,13% para as Patrocinadoras), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 22,60% (11,30% para os participantes e 11,30% para as Patrocinadoras). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

A taxa de administração, incidente sobre o Patrimônio do Plano, que era de 0,50% ao ano (até março de 2019) foi alterada para 0,45% ao ano (a partir de abril de 2019), conforme deliberação do Conselho Deliberativo da ELETROS (reunião de 26 de novembro de 2018).

A sobrecarga administrativa, equivalente a 3,00% das contribuições básicas, foi mantida para o exercício de 2019. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais ou voluntárias.

Verificamos que os benefícios de risco (Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte) pagos nos últimos anos estão bem abaixo do esperado. Dessa forma, com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual vigente até março de 2019 de 2,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi alterado para 0,50%, a partir de abril de 2019, em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Resultado apurado no exercício:

Relativamente à "Parcela Renda Vitalícia" observamos, em 31/12/2018, um Superávit Técnico Acumulado no valor de R\$ 50.136,95 (I). Destacamos que o valor do Superávit Técnico Acumulado apurado no encerramento de 2018 foi menor que o valor apurado no encerramento de 2017, devido à alteração da tábua de mortalidade geral na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, fundamentalmente.

Relativamente à "Parcela BPDS" observamos, em 31/12/2018, um Déficit Técnico Acumulado no valor de R\$ 13.420.156,20 (II). Destacamos que o valor do Déficit Técnico Acumulado apurado no encerramento de 2018 foi maior que o valor apurado no encerramento de 2017, devido à alteração da tábua de mortalidade geral na Avaliação Atuarial de 31/12/2018, fundamentalmente.

Em linha com o Art. 28-A da Resolução CGPC nº 26/2008 (incluído pela Resolução MPS/CNPC nº 16/2014), e utilizando do Sistema Venturo, conforme Portaria PREVIC nº 86, de 1º de fevereiro de 2019, apurou-se, em 31/12/2018, o valor de:

- Duração do Passivo: 10,30 anos;
- Ajuste de Precificação positivo: R\$ 14.789.334,71 (III).

Em seguida, foi possível calcular o Equilíbrio Técnico Ajustado positivo (IV), somente "Parcela BPDS", no valor de R\$ 1.369.178,51 (III - II).

Uma vez que o Equilíbrio Técnico Ajustado (IV), somente “Parcela BPDS”, é positivo, entende-se que Déficit Técnico Acumulado dessa Parcela (II) é conjuntural e tenderá a ser revertido no longo prazo, sem a necessidade de contribuições extraordinárias para equacionamento do montante em questão no exercício de 2019.

Destacamos que o Equilíbrio Técnico negativo apurado no encerramento do exercício de 2018 do Plano CD Eletrobrás (consolidado) no valor de R\$ 13.370.019,25 (V) corresponde ao somatório dos Superávits / (Déficits) das Parcelas “Renda Vitalícia” e “BPDS” do Plano (I e II). Enquanto o Equilíbrio Técnico Ajustado positivo, em 31/12/2018, no valor de R\$ 1.419.315,46, corresponde ao somatório Equilíbrio Técnico negativo (V) e do Ajuste de Precificação positivo (III) supracitados.

Ressaltamos que:

- O fluxo de benefícios utilizado para fins de apuração da Duração do Passivo (10,30 anos) foi calculado considerando as Parcelas “BPDS” e “Renda Vitalícia”, em consonância com o Art. 4º da Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015;
- O Ajuste de Precificação positivo (III) foi apurado considerando somente os títulos marcados na curva referentes à “Parcela BPDS”, conservadoramente, uma vez que esta Parcela possui Déficit Técnico Acumulado. Caso fossem utilizados todos os títulos marcados na curva (incluindo aqueles referentes à “Parcela Renda Vitalícia”), o valor do Ajuste de Precificação seria ainda maior (R\$ 15.065.233,87);
- Com exceção das Parcelas “BPDS” e “Renda Vitalícia”, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte.

O Fundo de Reversão do Patrocinador é constituído por:

- Créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não for objeto de Resgate.

A utilização do Fundo de Reversão do Patrocinador deverá ser definida no plano de custeio anual, aprovada pelo Conselho Deliberativo e embasada no Parecer Atuarial da Demonstração Atuarial anual.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de Créditos Adicionais ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso;

- Eventual resíduo do crédito adicional, na hipótese de cessação da percepção do Benefício de Renda por Invalidez;
- Saldo existente na Conta Individual Global e na Subconta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD Eletrobrás que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Conclusão:

A "Parcela CV" encontra-se equilibrada, dependendo apenas do pagamento das contribuições para os benefícios não programáveis previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Já a "Parcela Renda Vitalícia" encerrou o exercício de 2018 com Superávit Técnico Acumulado de R\$ 50.136,95, enquanto a "Parcela BPDS" encerrou o exercício com Déficit Técnico Acumulado de 13.420.156,20, resultando no Equilíbrio Técnico negativo apurado no valor de R\$ 13.370.019,25 para o Plano CD Eletrobrás.

No entanto, tendo em vista a apuração de Ajuste de Precificação positivo, posicionado em 31/12/2018, no valor de R\$ R\$ 14.789.334,71, foi apurado (nessa data) Equilíbrio Técnico Ajustado positivo no valor de R\$ 1.419.315,46. Dessa forma, é possível afirmar que o Déficit Técnico Acumulado apresentado no exercício de 2018 é conjuntural, haja vista o Ajuste de Precificação, e tenderá a ser revertido no longo prazo, sem a necessidade de contribuições extraordinárias para equacionamento do montante em questão. Caso isso não ocorra, caberá a esta Entidade realizar plano para equacionamento de déficit.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial



Pareceres

Parecer Atuarial por Plano

Plano CV ONS

PARECER ATUARIAL DO PLANO CV ONS – 31/12/2018

Plano CV ONS – CNPB: 2000.0056-83

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC n° 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC n° 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2018.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2018, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira



Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,25%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício 2017, Tábua AT-2000 Basic segregada por sexo, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2018, para a Tábua AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade do Plano no ano (8,91%), líquida da taxa de administração, ficou acima da meta atuarial equivalente a INPC + 5,25% (8,86%). Para 2019, projetou-se INPC em 4,20%.

O resultado acumulado no ano de 2018 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 20,57%, 6,82% e 11,98%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes para o próximo exercício foram estimadas em 7,96%, enquanto no exercício anterior o percentual era de 7,99%. Já as Contribuições Previdenciárias Normais da Patrocinadora foram estimadas em 8,45% neste exercício, enquanto o percentual era de 8,48% no exercício anterior. Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos ou saídas de participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício.

A taxa de administração, incidente sobre o Patrimônio do Plano, que era de 0,50% ao ano (até março de 2019) foi alterada para 0,45% ao ano (a partir de abril de 2019), conforme deliberação do Conselho Deliberativo da ELETROS (reunião de 26 de novembro de 2018).

A sobrecarga administrativa, equivalente a 3,00% das contribuições básicas (sendo tal valor de responsabilidade exclusiva do Patrocinador), foi mantida para o exercício de 2019. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais ou voluntárias.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que os percentuais incidentes sobre o salário para fins de contribuição, a partir da vigência deste plano de custeio (abril de 2019), serão de 1,07% de responsabilidade da Patrocinadora (0,25% referente a auxílio-doença e 0,82% referente aos pecúlios) e 0,58% de responsabilidade do participante (percentuais iguais àqueles vigentes até março de 2019), em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tais percentuais são reavaliados anualmente, podendo estes ser majorados, mantidos ou reduzidos, conforme resultados do estudo.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2018 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Reversão do Patrocinador é constituído por:

- Créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate a partir de 05 de outubro de 2016.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou reduzir a contribuição de responsabilidade da Patrocinadora.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de Pecúlios e Complementação de Auxílio Doença ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso.

- Saldo existente na Conta Individual Global e na Subconta Individual Global, na hipótese de inexistência de beneficiários, e após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data do óbito do participante;

- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CV ONS que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes

Especialista atuarial



Pareceres

Parecer Atuarial por Plano

Plano CV EPE

PARECER ATUARIAL DO PLANO EPE – 31/12/2018

Plano EPE – CNPB: 2009.0029-38

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2018.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2018, dos participantes do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	5,25%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício 2017, Tábua AT-2000 Basic segregada por sexo, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2018, para a Tábua AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência em consonância com a legislação pertinente.



Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade do Plano no ano (8,57%) ficou pouco abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 5,25% (8,86%). Para 2019, projetou-se INPC em 4,20%.

O resultado acumulado no ano de 2018 nos segmentos de Renda Variável, Renda Fixa e Empréstimos foram positivos em 20,57%, 6,81% e 10,23%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 13,82% (6,91% para os participantes e 6,91% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 13,80% (6,90% para os participantes e 6,90% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições básicas equivale a 4,00%. Adicionalmente, poderá incidir taxa de administração sobre o Patrimônio do Plano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais ou voluntárias.

Analisando os benefícios de Auxílio Doença pagos de janeiro a dezembro de 2018, verificamos que o valor quase dobrou quando comparado com o mesmo período de 2017. Dessa forma, com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual vigente até março de 2019 de 10,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi alterado para 11,00%, a partir de abril de 2019, em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2018 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Crédito Adicional por Invalidez, Crédito Adicional por Morte, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Reversão do Patrocinador é constituído por:

- Créditos oriundos das sobras da parcela do saldo da Conta Básica de Patrocinador que não foram objeto de Resgate;
- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo de equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou reduzir a contribuição de responsabilidade da Patrocinadora.

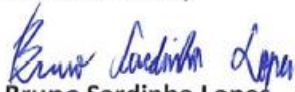
O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez, crédito adicional por morte, crédito adicional por invalidez, auxílio doença e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;
- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano EPE que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial



Pareceres

Parecer Atuarial por Plano

Plano CD CERON

PARECER ATUARIAL DO PLANO CD CERON – 31/12/2018

Plano CD CERON – CNPB: 2011.0015-11

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2018.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2018, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

BENEFÍCIO	REGIME	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal diferida decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

Hipóteses atuariais:

Premissa:	Valor:
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros:	4,40%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 suavizada em 10% M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Rua Uruguaiana, 174 - 5º, 6º e 7º andares
Rio de Janeiro - Brasil - CEP 20050 092
Tel: (21) 2179 4700 - www.eletros.com.br

A tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício 2017, Tábua AT-2000 Basic segregada por sexo, foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2018, para a Tábua AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (7,65%) ficou pouco abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 4,40% (7,98%). Para 2019, projetou-se INPC em 4,20%.

O resultado acumulado no ano de 2018 nos segmentos de Renda Variável e Renda Fixa foram positivos em 20,57% e 6,80%, respectivamente (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e Patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 15,90% (7,95% para os participantes e 7,95% para a Patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 15,88% (7,94% para os participantes e 7,94% para a Patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais e sobre as contribuições para custeio do Serviço Passado equivale a 3,00%. Adicionalmente, Incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,80% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 11,00% das contribuições básicas de participante e de Patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

O Regulamento deste Plano prevê em seu Art. 47 a determinação em Plano de Custeio, pelo atuário responsável pelo Plano, de um limite mínimo de valor de benefício a ser pago aos assistidos, nos casos de benefícios de prestação mensal continuada. Estabelecemos o valor de R\$ 285,12 como limite mínimo durante a vigência deste plano de custeio.



Resultado apurado no exercício:

Em função de sua modalidade, não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Reversão do Patrocinador é constituído por:

- Créditos oriundos das sobras do saldo da Conta Básica de Patrocinador e do saldo acumulado a título de Serviço Passado do Patrocinador que não foram objeto de Resgate;

- Créditos oriundos de prestações mensais de benefícios consideradas prescritas, ou seja, não requeridas no prazo de 5 (cinco) anos contados a partir da data em que forem devidas.

O saldo deste Fundo tem o objetivo o pagamento das parcelas paritárias faltantes relativas ao serviço passado de participantes que cessaram o vínculo empregatício com o Patrocinador, equacionar a parcela do Patrocinador de um eventual déficit futuro e/ou redução da contribuição de responsabilidade do Patrocinador.

O Fundo de Riscos é constituído por:

- Créditos oriundos das Contribuições para os Benefícios não Programáveis de Participante e Patrocinador, deduzidos os pagamentos de pecúlio por morte, pecúlio por invalidez e pagamentos de prêmios à seguradora contratada para administração desses riscos, conforme o caso;

- Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano CD CERON que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos deverão ser alocados neste Fundo, por exemplo: juros e multas (se cabíveis), diferença de valores (previsto/realizado) em função de variações na cota, entre outros.

A Portaria PREVIC nº 998, de 24 de outubro de 2018, aprovou as alterações regulamentares propostas para o Plano CD CERON.

Dessa forma, os participantes ativos empregados da Patrocinadora, inscritos no plano até 30 de junho de 2017, com data de admissão na patrocinadora anterior a setembro de 2011 têm direito a contribuir para o serviço passado.

Conforme Parecer Atuarial PAR – DB/ACB – 008/2018, apresentamos abaixo os valores máximos relativos ao Serviço Passado, ou seja, considerando 100% de adesão ao respectivo custeio:

Participantes elegíveis ao Serviço Passado	Participantes elegíveis	Parcela mensal média	Custo mensal	Custo anual	Valor Presente do Serviço Passado
Participantes	517	R\$ 1.346	R\$ 695.839	R\$ 8.350.066	R\$ 89.770.961
Patrocinadora		R\$ 1.346	R\$ 695.839	R\$ 8.350.066	R\$ 89.770.961

Para fins de apuração das Provisões Matemáticas de 31/12/2018, não constam os valores relativos ao Serviço Passado, uma vez que, conforme previsão regulamentar, o participante poderia optar pelo custeio do seu Serviço Passado em até 90 dias a contar da data de aprovação da alteração regulamentar pela PREVIC, ou seja, até 22/01/2019.

Os valores poderão ser inseridos nas contas “Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder” e “Provisões Matemáticas a Constituir” tão logo a listagem de participantes seja disponibilizada pela Patrocinadora (estimativa: balancete de fevereiro de 2019).

Destacamos que, conforme notícia publicada em 01 de novembro de 2018 na Página 118, Seção 3, Edição 211 no Diário Oficial da União, o controle acionário das Centrais Elétricas Rondônia passou para a Energisa S/A, concluindo o processo de privatização da CERON.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

Atenciosamente,



Bruno Sardinha Lopes
Especialista atuarial



Despesas

Despesas



CUSTOS ASSOCIADOS À GESTÃO DE INVESTIMENTO

Despesas Diretas de Investimentos (R\$ mil)

	Total	Fundos RF	Fundos RV	Carteira própria	Estruturado
Controladoria	105	59	9	37	0
Gestão	2.914	412	2.319	0	182
Custódia	419	236	35	147	2
Performance	1.065	0	1.065	0	0
Administrador	18	0	0	0	18
CVM	209	145	62	0	1
CETIP	320	105	64	146	4
CBLC	20	0	11	9	0
SELIC	88	60	1	26	0
ANBIMA	25	17	8	0	0
Taxa de Bolsa	1.448	39	1.099	309	0
Cartório	1	0	0	0	0
Auditoria	31	19	12	0	0
Tx de Permanência	1	1	0	0	0
Outros	15	1	4	1	10
TOTAL	6.677	1.095	4.690	674	218

Despesas Diretas de Investimentos (R\$ mil)

	2018
Pessoal e encargos	10.436
Treinamentos/congressos e seminários	109
Viagens e estadias	30
Serviços de terceiros *	1.839
Despesas gerais	980
Depreciações e amortizações	141
TOTAL	13.535

* Inclui Consultorias Avaliação e Reavaliação de Imóveis e Consultoria e Análise de Riscos nos Investimentos.



Eletros-Saúde

Eletros-Saúde



1. Apresentação

Antes de analisarmos nossas conquistas e desafios internos, é necessária uma observação atenta da conjuntura externa relativa ao mercado de saúde no Brasil. Como uma operadora de plano de saúde em autogestão, o Eletros-Saúde é naturalmente afetado pelas mudanças e demandas do setor. Em 2018, o índice de variação dos custos médico-hospitalares (VCMH), publicado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), foi de 16,9% - superior à variação da inflação geral (IPCA) durante o mesmo período. A inflação médica permanece alta devido a fatores como a entrada de novas tecnologias e opções de tratamentos, além de uma transição demográfica, com o processo de envelhecimento da população brasileira.

Aliados à redução do número de beneficiários, instabilidade econômica e política, desemprego elevado e aumento da judicialização, os altos custos de saúde tornam-se um verdadeiro desafio para as instituições da área. Assim, diante desse contexto adverso, faz-se necessário a adoção de medidas que estimulem e favoreçam a sustentabilidade dos planos de saúde, de modo a contribuir para o alcance e preservação do equilíbrio econômico-financeiro das operadoras.

Por isso, uma de nossas grandes prioridades é a gestão eficaz de serviços e processos internos. Assim, ao longo de 2018, as ações do Eletros-Saúde direcionaram-se ao uso mais sustentável do plano e à introdução de inovações digitais. Um de nossos esforços, nesse sentido, foi o desenvolvimento de uma campanha para uso consciente do plano, com a elaboração de cartilhas e ampla divulgação para os beneficiários. Também podemos destacar a expansão da rede de farmácias credenciadas à ePharma como outra medida positiva em 2018, ajudando a diminuir a utilização da assistência farmacêutica por livre escolha. Já a nossa Campanha de Atualização Cadastral apresentava como principal objetivo tornar a comunicação entre os beneficiários e o Eletros-Saúde ainda mais acessível e eficiente.

No ano passado, objetivamos também oferecer uma experiência online superior aos nossos beneficiários a partir da promoção dos autosserviços disponíveis no Aplicativo e Portal Eletros-Saúde. Além disso, inauguramos um novo Sistema de Monitoramento dos Atendimentos – tecnologia da Zendesk, uma das principais empresas de solução digital do mercado. Outra iniciativa do Eletros-Saúde em 2018 foi ainda a implantação de um sistema de Business Intelligence, melhorando o gerenciamento de informações e acompanhamento de indicadores.

Ao longo dos meses, direcionamos nosso foco também para o crescimento de práticas de promoção e manutenção da saúde e da qualidade de vida. O Projeto OncoVida Eletros-Saúde, que em sua primeira edição foi direcionado para mulheres entre 40 e 69 anos, beneficiárias dos planos Eletros-Saúde Assistidos; Eletros-Saúde Assistidos Essencial, Eletros-Saúde Família e Eletros-Saúde Fundação, visa a prevenção e detecção precoce do câncer de mama, estimulando a realização de exames através de parcerias médicas de excelência. Além disso, operacionalizamos a campanha de vacinação contra gripe para os colaboradores de nossas patrocinadoras. Por fim, contamos ainda com o lançamento de um calendário especial para a divulgação de datas e conteúdos voltados para o estímulo a adoção de hábitos saudáveis, de forma a estabelecer uma cultura preventiva entre nossos beneficiários.

Com o foco no desenvolvimento de medidas que contribuam para o êxito de nossa gestão interna, o percentual de reajuste das mensalidades dos planos Eletros-Saúde Assistidos Essencial, Eletros-Saúde Família e Eletros-Saúde Vinculados ficou abaixo do índice determinado pela ANS para os planos individuais (10%). Em relação ao mercado, nosso percentual também se mostrou inferior àquele definido pelas demais operadoras, cujos reajustes em seus produtos chegaram a 30%.

Sem fins lucrativos, o Eletros-Saúde reverte todos os seus recursos em prol da assistência à saúde de seus beneficiários, que têm papel fundamental na garantia da sustentabilidade, equilíbrio e longevidade do plano. Em 2019 continuaremos a ressaltar a importância do uso consciente dos serviços disponíveis e da participação de todos nas atividades de prevenção e manutenção da saúde. Assim, seguiremos em busca da ampliação da atenção integral à saúde e da melhoria da gestão das despesas assistenciais. Aperfeiçoar cada vez mais o atendimento ao beneficiário também permanece em nossa lista de prioridades em 2019 – objetivamos construir um relacionamento positivo, contando com nossos autosserviços digitais no Aplicativo e Portal para torná-lo ainda mais próximo.

Vamos, portanto, nos dedicar incansavelmente para concretizar a visão estratégica do Eletros-Saúde: tornar-se a melhor operadora em autogestão do setor, alcançando a excelência na prestação de serviços e trabalhando em um ambiente repleto de harmonia e eficiência.

Obrigado pela parceria e confiança!

Rogério Braz

Superintendente do Eletros-Saúde

2. Eletros-Saúde em números

2.1. Números de beneficiários em 2018

Plano	Quantidade de beneficiários
ES Eletrobras	2.707
ES Cepel	1.080
ES Fundação	272
ES Assistidos	1.898
ES Assistidos Essencial	69
ES Família	776

Eletrobras e Cepel

Eletrobras

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	272	273	545
19 a 23 anos	72	70	142
24 a 28 anos	30	20	50
29 a 33 anos	36	18	54
34 a 38 anos	162	137	299
39 a 43 anos	154	154	308
44 a 48 anos	109	106	215
49 a 53 anos	113	93	206
54 a 58 anos	140	118	258
59 a 110 anos	326	304	630
Total	1.414	1.293	2.707

Cepel

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	106	101	207
19 a 23 anos	33	28	61
24 a 28 anos	15	21	36
29 a 33 anos	33	26	59
34 a 38 anos	34	28	62
39 a 43 anos	34	33	67
44 a 48 anos	52	34	86
49 a 53 anos	58	43	101
54 a 58 anos	83	86	169
59 a 110 anos	115	117	232
Total	563	517	1.080

Fundação

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	31	37	68
19 a 23 anos	8	2	10
24 a 28 anos	5	9	14
29 a 33 anos	12	10	22
34 a 38 anos	16	17	33
39 a 43 anos	18	9	27
44 a 48 anos	17	13	30
49 a 53 anos	11	17	28
54 a 58 anos	21	3	24
59 a 110 anos	3	13	16
Total	142	130	272

Vinculados/Família

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	66	63	129
19 a 23 anos	4	11	15
24 a 28 anos	65	61	126
29 a 33 anos	69	71	140
34 a 38 anos	59	56	115
39 a 43 anos	57	46	103
44 a 48 anos	50	33	83
49 a 53 anos	13	15	28
54 a 58 anos	11	4	15
59 a 110 anos	16	4	20
Total	410	364	774

Assistidos

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
00 a 18 anos	15	17	32
19 a 23 anos	18	26	44
24 a 28 anos	2	4	6
29 a 33 anos	-	1	1
34 a 38 anos	3	3	6
39 a 43 anos	4	2	6
44 a 48 anos	6	4	10
49 a 53 anos	22	-	22
54 a 58 anos	62	19	81
59 a 110 anos	905	782	1687
Total	1.037	858	1.895

Assistidos Essencial

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total
29 a 33 anos	1	-	1
49 a 53 anos	-	1	1
54 a 58 anos	3	-	3
59 a 110 anos	46	18	64
Total	50	19	69

- **Consultas por beneficiários: 6,06**
- **Exames por beneficiários: 29,53**

	Custo	Taxa de utilização	Sinistralidade
Assistidos	R\$37.757.891,00	82,68%	106%
Família	R\$3.912.249,00	85,81%	58%
Fundação	R\$1.671.363,00	92,91%	69%

3. Números de atendimentos

Tipo	Quantidade
Telefônico	36.047
Presencial	1.542
Correio	910
E-mail	11.578
Total	50.077

PARECER DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO PLANO ELETROS-SAÚDE

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE auditadas, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE, bem como embasados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira do Plano Assistencial à Saúde – ELETROS-SAÚDE, naquela data.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2019.



José Carlos Nunes Bianco
Presidente do Conselho Fiscal da ELETROS



Carlos Eduardo Brasil Pereira



Hiram Carneiro Toledo dos Santos



Paula Prado Rodrigues Couto



Demonstrações Contábeis

Eletros-Saúde

Fundação
Eletrobrás de
Seguridade
Social - Eletros

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

KPDS 448755

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'N@P' with a large '5' above it.



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros ("Eletros-Saúde") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - Eletros ("Eletros-Saúde") em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Eletros-Saúde de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Eletros-Saúde continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Eletros-Saúde ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Eletros-Saúde são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Eletros-Saúde.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Eletros-Saúde. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Eletros-Saúde a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Governança e com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Ativo Circulante	22.696	22.612	Passivo Circulante		19.408	15.838
Disponível	381	12	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	7.657	5.340
Banco e conta Depósitos	381	12	Provisões de Inventos/Sintomas a Liquidar para SUS		35	13
			Provisões de Inventos/Sintomas a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		2.669	1.693
Realizável	22.315	22.599	Provisão de Eventos/Sintomas Ocorridos e Não Avistados (PROENA)		4.333	3.684
Aplicações Financeiras	18.619	18.871	Débitos com Operações de Assistência à Saúde	11	4.103	3.358
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	7.502	6.489	Balancos Antecipados de Contraprestações/Planos		4.139	3.158
Aplicações Não Vinculadas	11.857	12.382	Operações de Planos de Assistência à Saúde		24	-
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1.610	1.694	Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	12	794	687
Contingenciamento Receita/Preço a Receber	1.486	1.338				
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sintomas Indevidos	124	146				
Contraprestação Corresponsabilidade Anonímia	740	-				
Outros Créditos Com Planos de Assistência à Saúde	310	-				
Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados Bens e Títulos a Receber	1.036	660	Provisões	15	7.394	6.403
		1.584	Provisões para Ações Judiciais		5.941	5.223
			Tributos e Encargos Sociais a Receber	13	769	930
			Empreendimentos e Encargamentos a Pagar	14	648	590
			Débitos diversos		45	40
Ativo Não Circulante	5.466	4.775	Passivo Não Circulante		1.937	2.498
Realizável a longo prazo			Empreendimentos e Financiamentos a Pagar	14	1.937	2.498
Dupêditos Judiciais e Fiscais	5.410	4.722				
Imobilizado	40	47	Patrimônio Social	17	6.817	9.050
Imobilizado de Uso Próprio	40	47	Patrimônio Social		1.849	1.849
Intangível	16	6	Superávit Acumulado		4.968	7.201
Ativo Intangível	16	6				
Total do Ativo	28.162	27.386	Total do Passivo		28.162	27.386

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Handwritten signature and date: 5. 11/18

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração do resultado

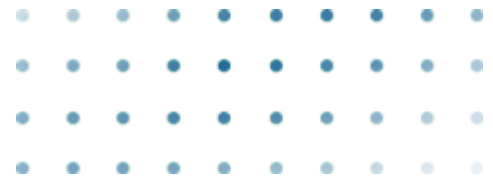
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Planos Assistência à Saúde	90.220	83.444
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	90.588	83.828
Contraprestações Líquidas	90.588	83.828
Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde da Operadora	(368)	(384)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	(89.682)	(79.141)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(89.013)	(78.712)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência a Saúde Médico-Hospitalar	(85.795)	(75.029)
Eventos/Sinistros de Assistência Odontológica	(3.218)	(3.683)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(669)	(429)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde	538	4.303
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	5.288	4.903
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	973	1.029
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	658	623
Outras Receitas Operacionais	315	406
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(85)	255
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(36)	-
Provisão/Reversão para Perdas Sobre Créditos	(49)	255
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	(308)	(397)
Resultado Bruto	6.406	10.093
Despesas Administrativas	(9.704)	(9.622)
Resultado Financeiro	1.065	1.794
Receitas Financeiras	1.323	2.014
Despesas Financeiras	(258)	(220)
Superávit do exercício/Deficit do exercício	(2.233)	2.265

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Administração



Nesta parte do relatório, apresentamos os Quadros com a composição dos Órgãos estatutários da ELETROS, compostos pela Diretoria Executiva (DEE), Conselho Deliberativo (CDE) e Conselho Fiscal (CFE), responsáveis pela administração e fiscalização da entidade.

Composição da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal em 31.12.2018

DIRETORIA EXECUTIVA - DEE

Membros	Cargo	Período de gestão
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho	Presidente	23.09.2016 a 22.09.2019
Marcio Peres Silvado	Diretor de Benefícios Previdenciários	23.09.2016 a 22.09.2019
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto	Diretor Financeiro	06.01.2017 a 05.01.2020

Os membros da Diretoria Executiva estão no exercício de seus segundos mandatos.

CONSELHO DELIBERATIVO – CDE

Membros	Suplentes	Período de gestão	Forma de participação
Jailson José Medeiros Alves – Presidente (*)	— (***)	07/07/2017 a 30/06/2019	Indicação Eletrobras
Jack Nottingham Steiner	— (****)	01.07.2015 a 30.06.2019	Eleitos - Assistidos
Carol Sampaio Diogo de Siqueira	— (**)	10/02/2017 a 21/11/2020	Eleitos -Ativos/Assistidos
Rosane Barboza da Silva	Paulo Tadeu Paes Alves	10/02/2017 a 21/11/2020	Indicação CEPEL
Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva	Alessandra Lemos de Souza	01.07.2015 a 30.06.2019	Eleitos - Ativos
Alice Valderez de Andrade Salomão	Marcio Kennedy de Almeida	10/02/2017 a 21/11/2020	Indicação ONS

Em ordem cronológica:

(*) Em virtude da renúncia por sua antecessora em 28/06/2017, dando seguimento ao mandato já iniciado anteriormente.

(**) Considerando a renúncia do suplente Sergio Mendes de Azevedo Tinoco em 10/10/2017.

(***) Considerando a renúncia do suplente Rodrigo Madeira Henrique de Araujo, registrada na reunião do CDE, de 03/08/2018;

(****) Por motivo de óbito, em 23/08/2018, do até então suplente Paulo Sergio Petis Fernandes.

CONSELHO FISCAL – CFE

Membros	Suplentes	Período de gestão	Forma de participação
José Carlos Nunes Bianco – Presidente (*)	–	01/07/2015 a 30/06/2019	Eleito – Ativos
Orsino Borges de Oliveira Filho até 14/11/2017	–	De fevereiro de 2017 a 13/11/2017 (como suplente)	Eleito Assistidos
Hiram Carneiro Toledo dos Santos (**)		14/11/2017 a 21/11/2020 (como efetivo)	
Paula Prado Rodrigues Couto	–(***)	01.07.2015/ 30.06.2019	Indicação Eletrobras
Carlos Eduardo Brasil Pereira	Gustavo Botrel Coutinho de Melo	01/02/2017 a 21/11/2020	Indicação ONS

Em ordem cronológica:

(*) Desde 01/02/2017.

(**) A partir de 14/11/2017 o Conselheiro Hiram Carneiro Toledo dos Santos passou a ser membro efetivo, já que o Conselheiro Orsino Borges de Oliveira Filho foi indicado a Diretor do CEPEL, o que é impeditivo para o cargo de Conselheiro, conforme Estatuto da ELETROS.

(***) Considerando a renúncia do suplente Pedro Paulo da Cunha em 30/01/2018.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2018, de acordo com a esfera de competência de cada Órgão Estatutário.

CONSELHO DELIBERATIVO

Composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, é o órgão de orientação superior da Entidade. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Os artigos 32 e 33 do Estatuto da ELETROS dispõem sobre as competências do CDE.

Principais realizações/aprovações:

- aprovação das demonstrações contábeis consolidadas individuais por Plano de Benefícios, do exercício de 2018 e do Plano de assistência à saúde (Eletros-Saúde) amparadas em pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal, e das demonstrações atuariais dos Planos de Benefícios em 31/12/2018/ Planos de Custeio amparados nos respectivos pareceres atuariais, a vigorarem a partir de abril/2019;
- aprovação da revisão do Planejamento Estratégico da ELETROS para o biênio 2018 a 2020;
- aprovação da revisão do Planejamento Estratégico do Plano Eletros-Saúde para o biênio 2018 a 2019;
- aprovação, a pedido da Patrocinadora CERON, da alteração do Regulamento do Plano CD CERON, sendo necessárias as aprovações nas demais instâncias competentes;
- aprovação do aperfeiçoamento do critério para o cálculo das taxas de juros a serem aplicadas nos empréstimos financeiros;
- aprovação das premissas atuariais (biométricas e demográficas) dos Planos de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, CD-Eletrobrás, CD-ONS, CD-CERON e CV-EPE, de acordo com os estudos atuariais (Testes de Aderência), a vigorar a partir de 31.12.2018;
- acompanhamento do retrofit do Edifício Mário Bhering para locação à Eletrobras;
- ciência dos Relatórios de Manifestação semestrais emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- aprovação do orçamento da ELETROS para 2019, incluindo a aprovação dos indicadores de desempenho de gestão;
- acompanhamento mensal dos indicadores de desempenho de gestão;
- aprovação do orçamento do Plano Eletros-Saúde para 2019;
- aprovação da taxa (limite) para cobertura das despesas administrativas, de acordo com o art. 6º da Resolução CGPC 29/2009;
- aprovação da Política de Investimento para 2019 de cada Plano de Benefícios Previdenciários e do Plano de Gestão Administrativa;

- considerando a Carta ELETROBRAS CTA-DJ-2622/17, Parecer da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC 42/2017, e demais procedimentos, após estudos técnicos e reuniões na PREVIC, ocorreu a aprovação, por maioria, da implantação, com a maior brevidade, das recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e PREVIC, de forma a atender a legislação aplicável e às orientações emanadas dos órgãos de controle e formar grupo de trabalho com representantes da patrocinadora Eletrobras para acompanhamento das alterações solicitadas nos planos de equacionamento e realização de TAC na PREVIC, nos moldes recomendados na Carta CTA DJ 2622/2017, de 22.09.2017, conforme amplamente divulgado, bem como outras correspondências da PREVIC a respeito da elaboração do TAC para revisão dos planos de equacionamento dos déficits do Plano BD;
- aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, consubstanciado pelo relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2018;
- aprovação das Premissas Biométricas e Demográficas dos Planos CDs e CV administrados pela ELETROS, consubstanciado pela Nota Técnica elaborada pela área responsável, a vigorar a partir de 31.12.2018;
- aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, conforme os Testes de Aderência, consubstanciado no relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31.12.2018;
- aprovação da Premissa de Taxa Real de Juros dos Planos de Contribuição Definida e Variável administrados pela ELETROS, consubstanciada no relatório elaborado pela área responsável pela avaliação atuarial dos Planos CD e CV, a vigorar a partir de 31.12.2018;
- aprovação das taxas de juros dos empréstimos financeiros e fundos prestamistas para 2019;
- aprovação da revisão/reedição da Política de Empréstimos;
- aprovação da adequação do Organograma;
- aprovação da revisão da Política de Risco de Investimentos;
- acompanhamento do status da implantação dos sistemas.

CONSELHO FISCAL

Composto por 4 (quatro) membros e respectivos suplentes, é o órgão de apoio ao controle interno e de fiscalização das atividades econômico-financeiras da ELETROS. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, vedada a recondução. O artigo 46 do Estatuto da ELETROS dispõe sobre as competências do CFE.

As conclusões, recomendações, análises e manifestações do Conselho Fiscal devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem cabe decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

Destacamos as seguintes ações do CFE no exercício de 2018:

- apreciou os balancetes mensais;

- apreciou o acompanhamento orçamentário mensal e as justificativas trimestrais, bem como acompanhou os indicadores trimestralmente;
- apreciou os relatórios de conjuntura e risco dos investimentos dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS;
- acompanhou os resultados trimestrais dos Planos;
- emitiu parecer sobre as Demonstrações Contábeis auditadas e Atuariais do exercício de 2018, Planos de Custeio, tomando por base os pareceres atuariais;
- emitiu e aperfeiçoou os Relatórios de Manifestação semestrais do Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- acompanhou os trabalhos e monitorou as recomendações sobre Controles Internos;
- acompanhou o relato de atendimento às auditorias das patrocinadoras;
- acompanhou o relato de atendimento aos Ofícios da PREVIC;
- emitiu Parecer sobre as Hipóteses Biométricas e de Taxas de Juros dos Planos de Benefícios Previdenciários administrados pela ELETROS, em virtude dos Testes de Aderência;
- acompanhou o assunto Revisão dos Planos de Equacionamento dos déficits do Plano BD Eletrobrás, bem como as providências relativas aos Ofícios da PREVIC a respeito, incluindo o Parecer 42/2017 da PREVIC e demais correspondências da PREVIC nesse sentido;
- acompanhou a posição dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- acompanhou o reporte do retrofit do Ed. Mário Bhering;

DIRETORIA EXECUTIVA

Composta por 3 (três) membros, que possuem mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução ou reeleição permitida uma recondução ou reeleição, considerando-se, para esses efeitos, como mandato aquele exercido em pelo menos 3/4 (três quartos) do período. Além de submeter ao CDE as propostas de matérias para deliberações com toda a documentação técnica necessária, e dar o suporte técnico necessário ao CFE, cabe ressaltar que em 2017 a DEE supervisionou as ações do planejamento estratégico, projetos e metas, exercendo suas atividades de acordo com as diretrizes traçadas pelo CDE. As principais competências da DEE encontram-se estabelecidas no art. 37 do Estatuto.

Dentre as realizações de 2018, destacamos:

- a continuidade dos estudos técnicos referentes à revisão dos planos de equacionamento dos déficits técnicos do Plano BD Eletrobrás com atuação junto às patrocinadoras, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, intensificadas após o recebimento do Parecer 42/2017 e demais correspondências da PREVIC nesse sentido.
- aperfeiçoamento dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- atualização do Critério de Rateio das Despesas Administrativas;

- condução do processo de locação do Ed. Mário Bhering à patrocinadora-instituidora Eletrobras e monitoramento das providências relativas ao projeto de retrofit do referido imóvel, referentes ao Contrato de Locação;
- apoio ao CDE no andamento das Propostas das Políticas Institucionais da ELETROS;
- estímulo às ações de redução de despesas administrativas;
- acompanhamento e supervisão dos trabalhos do Projeto SOMAR;
- acompanhamento da continuidade na implementação de aperfeiçoamentos no atendimento aos participantes e assistidos, bem como no atendimento aos usuários do Plano Eletros-Saúde;
- aprovação do aperfeiçoamento das normas, procedimentos e controles da ELETROS;
- supervisão do atendimento aos Ofícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, bem como o acompanhamento das recomendações/determinações;
- supervisão do atendimento às auditorias das patrocinadoras;
- aprovação de normas e atualização/aperfeiçoamento de normas/Regimentos Internos de Comitês de Investimentos e procedimentos decorrentes da revisão das Políticas Institucionais aprovadas pelo CDE, bem como referentes à adesão da ELETROS ao Código de Autorregulação de Investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP;
- aprovação de metas e providências para elaboração do Programa de Certificação dos processos visando à certificação ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), iniciando pela Diretoria de Benefícios Previdenciários;

Levantamento realizado por Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira – Assessoria aos Órgãos Estatutários. Em 01.04.2019.

Contatos



CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTE ELETROS

Telefone: (21) 2138-6000 – opção 2

E-mail: atendimento@eletros.com.br

Endereço: Rua Uruguaiana, 174 – 6º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial: de segunda à sexta, das 10h às 15h30

Atendimento Telefônico: de segunda à sexta, de 9h às 16h

OUIDORIA

ouvidoria@eletros.com.br

CENTRAL DE RELACIONAMENTO ELETROS-SAÚDE

Telefone: (21) 2138-6000 – opção 1

E-mail: atendimento@eletrossaude.com.br

Endereço: Rua Uruguaiana, 174 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro

Atendimento Presencial: de segunda à sexta, das 10h às 15h30

Atendimento Telefônico: de segunda à sexta, de 8h às 17h

OUIDORIA ELETROS-SAÚDE

ouvidoria@eletrossaude.com.br

EXPEDIENTE

O Relatório Anual de Informações é uma publicação da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – Eletros exclusiva para seus participantes e assistidos.

Editoria

Assessoria de Comunicação

Projeto gráfico e editorial

Assessoria de Comunicação

Infobase Interativa

www.iinterativa.com.br

www.eletros.com.br